



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 119/120

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE DEZEMBRO DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário..

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE**

**Ofícios:**

Sob o nº CTL/CC/199/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 032/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição de Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC/201, 202 e 203/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis nºs:

291/2004: De autoria do Tribunal de Justiça, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) o qual foi convertido em Lei nº 14.548. **Anote-se - Arquite-se.**

280/2004: De autoria do Tribunal de Justiça, que fixa, conforme especifica, o vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná o qual foi convertido em Lei nº 14.549. **Anote-se - Arquite-se.**

382/2004: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo, por intermédio da COPEL, a constituir empresa conforme especifica em sociedade com a ELETROSUL, o qual foi convertido em Lei nº 14.550. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob os nºs 182 e 182-A/2004, do Sr. Marcos Chagas Gomes - Coordenador Geral da CGFNAS, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR destinado aos Serviços Assistenciais, de Ação Continuada e Abrigo/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1073/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, para o Programa PNAC-PNAE CRECHE. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 962/2004, do Sr. Henrique Naigeboeren, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades Institucionais do Tribunal, relativo ao 3º trimestre. **Ao Conhecimento da Casa.**

**Indicações:**

**INDICAÇÃO Nº 029/2004**

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil e Exma. Sra. Ministra das Minas e Energia:

O Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja vedada a inserção da terceira casa decimal dos centavos nos valores cobrados nas bombas dos postos de gasolina.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O Real, moeda brasileira, apresenta-se na forma de números inteiros, comportando o sistema centesimal para sua fração, os centavos, conforme prescreve o parágrafo segundo do artigo primeiro da Medida Provisória 542/94:

“Art. 1º - A partir de 1º de julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário Nacional passa a ser o Real (artigo

2º da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994), que terá curso legal em todo o território nacional.

§ 1º - ...

§ 2º - A centésima parte do Real, denominada centavo, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade.”

Há muito a prática dos postos de gasolina institui a cobrança de uma terceira casa decimal nos centavos, o que já se demonstra irregular, ficando, portanto, imposta através da presente, a sua vedação.

Tal vedação pode não representar um prejuízo em situações individuais, mas na coletividade, face os milhões de litros vendidos diariamente em todo o País e no Estado do Paraná, sujeita não só a população paranaense ao abuso e lucro indevido, mas demonstra um prejuízo ao erário público.

#### INDICAÇÃO Nº 030/2004

Sr. Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm perante Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER o envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando a alteração do calendário escolar, sugerindo que as aulas só comecem no início de março na região do Litoral, Região Metropolitana e Capital do Estado, conforme justificativas na presente indicação.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(aa) ALEXANDRE CURI, FRANCISCO BÜHRER, BARBOSA NETO, HERMAS BRANDÃO, ARLETE CARÂMES, DOBRANDINO DA SILVA, NELSON TURECK, CHICO NOROESTE, MAURO MORAES, CARLOS SIMÕES, FERNANDO RIBAS CARLI, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, WALDIR LEITE, LUIZ NISHIMORI, MARCOS ISFER, GERALDO CARTÁRIO, NELSON JUSTUS, RATINHO JÚNIOR, JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO ANIBELLI, PASTOR EDSON PRACZYK, DELEGADO BRADOCK, MILTINHO PUPIO, RENATO GAÚCHO, RENI PEREIRA e DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo maior é aumentar a alta temporada turística, fazendo com que as aulas só comecem no início de março. Queremos, com essa medida, aumentar a geração de empregos e melhorar a economia das cidades do nosso litoral que, devido às barreiras ambientais que impedem a instalação de novas indústrias, vivem quase que exclusivamente do turismo. Além da geração de mais empregos, maior arrecadação para o Estado e País, a alteração no Calendário Escolar proporcionará um melhor rendimento aos nossos estudantes, que tradicionalmente têm que enfrentar salas de aula sufocantes com as altas temperaturas registradas no mês de fevereiro.

O adiamento do início das aulas traz benefícios a todos, aos turistas, que vão poder desfrutar de dois meses de férias, e não apenas um. Com o início das aulas no começo de fevereiro, como acontece atualmente, as aulas nesse período levam também a uma busca em massa por vagas, passagens e roteiros no mês de janeiro, o que faz com que as cidades turísticas fiquem lotadas e a qualidade dos serviços prestados diminua consideravelmente. Da maneira como está, o serviço prestado aos veranistas deixa muito a desejar.

Além dessa corrida muito forte em janeiro, os turistas ainda enfrentam a absurda alta de preços devido ao aumento da demanda. Com o adiamento do início das aulas, as férias ficariam distribuídas em dois meses, o que com certeza iria aliviar a pressão sobre o mês de janeiro e o final do mês de dezembro.

É importante salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que o calendário escolar poderá ser adequado às peculiaridades locais, inclusive climáticas econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino. Basta manter a carga horária de 200 dias letivos ou 800 horas/aula ao ano.

Lembramos ainda que, essa proposta não favorece apenas os Municípios com vocação turística, mas sim aos cidadãos paranaenses que poderão aproveitar mais as opções de lazer em suas próprias cidades.

Estamos convictos que, para que possamos melhorar o ensino em nosso País, as aulas deverão iniciar no começo do mês de março. Se assim o for com toda certeza ampliaremos as nossas férias, haverá mais empregos, aumentarão justamente os gastos, as cidades poderão trazer mais turistas e todos sairão ganhando. Não podemos esquecer também, que a região litorânea possui um dos mais baixos IDH's do País e, ultimamente, foi mais uma vez prejudicada com esse acidente ocorrido no dia 15, que colocou em risco sua fauna e flora, o que afasta ainda mais os turistas de nossas cidades. Precisamos, pois, de medidas efetivas para reverter essa triste realidade.

A proposta de alterar o Calendário Escolar tem apoio de todo comércio litorâneo, instituições organizadas e encontra respaldo também nos novos Prefeitos eleitos, porque o litoral paranaense, na alta temporada, abriga a população de todas as regiões do Paraná. Nossas cidades não podem ficar estagnadas porque as coisas “sempre foram assim”. É hora de ousar mais para mudar uma realidade que aflige diretamente cerca de 300 mil pessoas. É necessário que haja mobilização, conscientização e vontade política para garantir o desenvolvimento, emprego e renda de nossa gente.

De nossa parte já encaminhamos ofícios aos Núcleos Regionais de Educação de Curitiba, Litoral, Região Metropolitana Área Sul, Região Metropolitana Área Norte e também à Secretaria Estadual de Educação. Temos certeza que o Governo do Paraná, assim como esta Casa, não medirá esforços para transformar essa realidade e fazer prevalecer a vontade dos Municípios

litorâneos. Não podemos esquecer também que o nosso litoral transforma-se, na alta temporada, na “vitrine” do Paraná, abrigando paranaenses de todos os cantos e turistas do Brasil e exterior.

Ao finalizar, voltamos a defender uma ampla discussão para que o nosso Calendário Escolar seja alterado já a partir do ano que vem. Estudos preliminares indicam que o início das aulas em março não alterará o número de aulas previsto na Constituição Federal, não sendo necessária também a realização de aulas todos os sábados. A única alteração que ocorreria seria a diminuição nas férias de julho.

Essa proposta também está ecoando no Senado Federal. Alguns Senadores querem igualmente unificar o Calendário Escolar em todo País, sinal de que não estamos sozinhos nesta importante luta. O litoral do Paraná, na verdade, é uma região que abriga todos os paranaenses na alta temporada. Por isso, pedimos apoio aos demais Deputados a esse projeto que, inicialmente, pretende alterar o Calendário Escolar no litoral, em Curitiba e região metropolitana. Com o tempo a idéia é estendê-lo aos 399 Municípios de nosso Estado.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 301/2003, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2197

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação para a emenda da CCJ ao Projeto de Lei nº 246/2003, datado de 17/08/2004, de autoria do Relator - Deputado Delegado Bradock.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) NATÁLIO STICA

### REQUERIMENTO Nº 2181

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª

discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### REQUERIMENTO Nº 2198

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 219/2004, por cinco (05) Sessões.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

### REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 301/2004, Mensagem nº 022/2004, que extingue a Empresa Paraná Investimentos S/A, item 21 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 2200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 302/2004, Mensagem nº 022/2004, que extingue a Empresa Paraná Investimentos S/A, item 22 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, REQUER a postergação do prazo da conclusão e apresentação do Relatório Final, para que este seja apresentado na Sessão do dia 15 de dezembro de 2004.

Apesar desta Comissão ter seu prazo conclusivo, datado para 05 de dezembro do corrente ano, urge a presente solicitação devido a exigüidade de tempo para a feitura, conclusão, apresentação, votação e aprovação das conclusões finais de seu Relatório, pelos motivos da complexidade nascida do grande número de depoimentos, da quantidade expressiva de documentação encaminhada para análise por esta CPI.

Razões estas pelas quais pede-se o deferimento do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 2192

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja promovida a entrega ao atleta Vanderlei Cordeiro de Lima de Diploma de Honra ao Mérito, no dia 08 de dezembro, durante a Sessão Ordinária prevista para essa data.

Cabe salientar que o referido Diploma foi confeccionado conforme requerimento de nossa autoria, protocolado em agosto de 2004. Contudo, em razão da agenda do atleta, ainda não foi efetivada a entrega.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da ilustre Sra. Josefa Almeida da Mata.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família Oliveira, pelo falecimento do Sr. Oswaldo Alves de Oliveira, ocorrido no dia 03 do corrente mês, na cidade de Catanduvas/PR.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Maria Nelci de Oliveira, residente à Rua Presidente Costa e Silva, s/nº, CEP: 85.470-000 - Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Oswaldo Alves de Oliveira, nasceu em 17/04/1949, na cidade de São João/PR.

Em 1965, fixou residência em Catanduvas, onde permaneceu até o seu falecimento.

Era casado com a Sra. Maria Nelci de Oliveira, com quem teve 3 filhos: Sandra, Paulo Sérgio e Sandro.

Como funcionário público municipal, teve grande envolvimento com a comunidade, através dos trabalhos de assistência à saúde que realizava, conquistando uma legião de amigos e companheiros.

Dedicou-se também à agricultura, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico daquele Município.

Seu falecimento foi sentido por toda a comunidade catanduvense, com quem conviveu durante 55 anos, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

No momento em que nos separamos de um ente querido, a nossa fé é posta em questionamento. Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, como cristãos, acreditamos na imortalidade da alma, e no recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus em sua morada divina.

Desta forma, rogamos a Deus, que proporcione todo o conforto necessário à família, neste momento tão difícil.

Através deste requerimento, nos associamo-nos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

#### REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de congratulações à Silvana Gomes dos Santos, Presidente da Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids, pelo excelente trabalho que a entidade desenvolve com os portadores de HIV.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia à Rua: Fernando de Noronha, 864 Centro - CEP: 86.060-410 - Londrina-PR;

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A ALIA - Associação Londrinense Interdisciplinar de Londrina, funciona em Londrina desde 1989 e atende mensalmente cerca de 300 soropositivos com projetos de integração com a comunidade, de informações para combater ao uso de drogas, apoio psicológico e de geração de renda.

Recebeu no último dia 02 de dezembro uma menção honrosa do Ministério da Saúde pelo trabalho de 15 anos atendendo portadores de HIV. A honraria integrou a programação do Dia Mundial de Combate à Aids. Silvana Gomes dos Santos foi uma das cinco mulheres escolhidas pelo Ministério da Saúde em todo o País para receber a premiação. O prêmio, que não inclui apoio

financeiro, visa reconhecer o esforço de lideranças comunitárias na prevenção e apoio a soropositivos.

Neste sentido é que propomos o merecido reconhecimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Justino Amaral.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Ubaldino Torres Bittencourt.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Hermínio Barbosa.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Noésio Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Edson de Oliveira Silvério.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor aos jogadores Ricardo Bermudez Garcia e Gilberto Amauri de Godoy Filho, do time de vôlei masculino que conquistou a medalha de ouro nas Olimpíadas de Atenas, na Grécia, ao maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima, medalha de bronze, e aos atletas do handebol masculino, Jair Henrique Alves Júnior, Renato Tupã Ruy, Alexandre Vasconcellos e o auxiliar técnico e professor Valmir Augusto Fassina, ex-goleiro da seleção brasileira de handebol e medalhista panamericano.

Requer outrossim seja expedido diploma de honra ao mérito a esses atletas que dignificam suas profissões.

Apesar da falta de apoio do Estado para o esporte, a excelência de alguns abnegados faz com que os brasileiros confiem ainda mais nas possibilidades do nosso povo.

Diante de potências esportivas, onde o esporte é cultivado desde tenra idade, o Brasil realiza o sonho da medalha de ouro, almejada por todos os atletas que não medem sacrifícios para participar dessa competição.

Esta Assembléia Legislativa oferece justa e singela homenagem a esses bravos brasileiros.

Nos anos 90, Giba e Ricardinho jogaram pela Associação COCAMAR, representando a Cidade de Maringá na Liga Nacional de Voleibol, sendo que a Associação contava com o apoio da Prefeitura e com a Lei de Incentivo ao Esporte. Além deles, jogaram em Maringá os atletas Paulão, medalhista olímpico e Douglas, da Seleção Brasileira de Volei.

O maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima, que conquistou a medalha de bronze, herói olímpico que teve sua trajetória interrompida em incidente lastimável.

Vanderlei, ex-bóia fria, natural de Cruzeiro do Oeste, chegou em Maringá em 1980. Ainda juvenil, foi descoberto pelo professor Antonio Manoel Mendonça Martins, em corrida de rua na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Vanderlei representou Maringá nos Jogos Abertos do Paraná e em campeonatos estaduais promovidos pela Federação de Atletismo do Paraná. Em razão dos resulta-

dos alcançados, participou do campeonato brasileiro Cross Country e outros campeonatos brasileiros.

Em 1984, Vanderlei mudou-se para São Paulo e passou a atuar em grandes clubes paulistas. Hoje é um dos atletas brasileiros de maior destaque.

Antes de viajar para Atenas, o atleta Vanderlei voltou a morar em Maringá e esteve no gabinete da Deputada signatária, falando de sua vida e do seu amor pela cidade.

Os atletas do handebol participaram da Escolinha de Handebol do Clube Olímpico de Maringá, beneficiando-se da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 2537/89), criada na administração do ex-Prefeito Ricardo Barros.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando do mesmo providências no sentido de determinar a construção de unidade escolar para servir o Colégio Estadual Varella Ferreira (Rua Maria Paulina Palma, s/n, quadra 261), localizado no Conjunto Requião, em Maringá.

Desde que foi inaugurado, o prédio é usado pelo Colégio Estadual Tânia Varella Ferreira e também pela Escola Municipal Olga Aiub Ferreira, onde os mesmos dividem a mesma secretaria, sala de supervisão e orientação, biblioteca, sala dos professores, salas de aula, bem como outras dependências.

Necessitam também com urgência a construção de um muro, pois sofreu constantes ataques de vândalos que destroem vidraças, desligam o relógio de energia atrapalhando as aulas e causando grande tumulto entre os alunos.

Cabe salientar que, além de faltar espaço, não há refeitório, laboratório de ciências, física, química, biologia, informática e sala de vídeo.

É fundamental para a comunidade do Conjunto Requião que seja construída esta nova unidade, pois a demanda é grande e diariamente a Coordenação é obrigada a dispensar alunos, justamente pela falta de espaço.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazzari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando:

1 - a relação dos policiais removidos de Foz do Iguaçu por força do Decreto nº 3403/2004;

2 - a relação dos policiais removidos de Foz do Iguaçu por outros motivos que não os do Decreto nº 3403/2004;

3 - a relação dos policiais nomeados ou lotados em Foz do Iguaçu a título de aumento de efetivo conforme prometido e anunciado pelo Sr. Secretário da Segurança;

4 - a relação dos policiais removidos para Foz do Iguaçu a título de compensação de rodízio estabelecido pelo Decreto nº 3403/2004.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Verificar quais e quantos servidores policiais foram transferidos/removidos de Foz do Iguaçu e se ocorreram as devidas reposições.

#### REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando, em caráter emergencial, informações à respeito do planejamento por parte da Secretaria da Educação, no que se refere às necessidades do ensino fundamental nas ilhas do litoral abaixo descritas:

- Ilha do Mel: o que será feito para dar continuidade ao atendimento da demanda para o próximo ano, que serão as 5<sup>as</sup>, 6<sup>as</sup> e 7<sup>as</sup> séries? A FUNDEPAR possui algum processo que estabelece a construção de novas salas de aula? Qual a previsão de início e término dessas obras? Independente das ações a serem tomadas pela FUNDEPAR, em curto prazo de tempo é fundamental adquirir um imóvel que contenha uma estrutura adequada à região (ventiladores, proteção contra insetos, um freezer para melhor aproveitamento da merenda escolar, talheres, pratos, copos, panelas, fogão, armários, prateleiras e também dois quadros negros). Além da questão acima mencionada estão sendo planejadas ações para atender o ensino fundamental na Ilha do Mel?

- Superagüi: o que será feito para dar atendimento à demanda para o próximo ano, que serão as 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> séries? Hoje temos conhecimento que não haverá espaço físico para comportar os alunos em 2005. Em curto prazo é fundamental adquirir um imóvel que possua estrutura adequada à região (ventiladores, telas com proteção contra insetos). O transporte escolar se faz obrigatório para essa região. Já existem alunos de Almeida, Barbados, Bertioiga, Saco do Morro e Tibicanga e outras imediações interessados em matricular-se em Superagüi. Existe algum planejamento para sanar essas dificuldades já para o ano de 2005?

- Ilha das Peças: o que será feito para dar atendimento à demanda para o próximo ano, que serão as 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> séries. Em curto prazo é necessário adquirir um imóvel que possua estrutura adequada à região (ventila-

dores, telas de proteção contra insetos). Existe algum planejamento para sanar essas dificuldades já para o ano de 2005?

- Ilha Rasa: o que será feito para dar atendimento à demanda para o próximo ano, que serão as 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> séries. Em curto prazo é necessário adquirir um imóvel que possua estrutura adequada à região (ventiladores, telas de proteção contra insetos). Existe algum planejamento para sanar essas dificuldades já para o ano de 2005?

- Piassaguera: será executada alguma adequação para as salas de aula (aquisição de ventiladores e telas de proteção contra insetos)? Existe algum planejamento para sanar essas dificuldades já para o ano de 2005?

- Transporte nas ilhas: citamos exemplos de localidades distantes como Amparo e Piassaguera, Encantadas e Nova Brasília, Almeida e Superagüi e outras localidades distantes entre si mas que necessitam de meios de transporte para encurtar essas distâncias. O que a Secretaria da Educação executará em 2005 para diminuir essa dificuldade?

Em todas as ilhas as aulas do ensino fundamental estão sendo realizadas em escolas municipais. Futuramente é necessário que haja uma nova estrutura que comporte somente o ensino fundamental, melhorando o nosso ensino de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Portanto, solicitamos informações se já existe algum estudo previamente realizado para atender tal necessidade?

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado informar quantas construções de creches foram iniciadas no atual Governo, bem como especificar quantas ainda estão em construção e quantas foram entregues e quais Municípios do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas pelo Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pissetti, respostas ao seguinte questionamento:

- Quais os valores da verba publicitária repassados, quer pela Administração Direta quer pela Indireta, ao

Canal 21 (rádio e televisão Rotioner) ou a outra empresa vinculada a grupo do qual esta faça parte?

- Informar os valores discriminadamente por datas, e correspondentes serviços prestados, ainda que tais verbas não tenham sido repassadas diretamente à empresa, e sim, indiretamente, via agência publicitária.

- Qual o valor contratado e/ou pago à empresa referida pela transmissão semanal das reuniões entre o Chefe do Poder Executivo e seu Secretariado e demais dirigentes dos entes da Administração Direta e Indireta?

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI e BARBOSA NETO.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 460/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Aos alunos da rede de ensino público é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos intermunicipais no território do Estado do Paraná mediante apresentação de identidade estudantil.

Parágrafo Único - A Carteira de Identidade Estudantil será fornecida pela Unidade Escolar.

Art. 2º - O não-atendimento ao previsto nesta lei obriga o infrator ao pagamento de multa de 100 (cem) a 1000 (mil), vezes o valor da passagem.

Parágrafo Único - A multa será cobrada após processo administrativo, podendo ser dobrada em caso de reincidência e de rescisão contratual com o Poder Público.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por objetivo diminuir a evasão escolar e a repetência. Além disso, permite melhorias significativas no orçamento familiar, fazendo com que sobre mais recursos para alimentação, vestuário, saúde, lazer e cultura.

Por sua relevância receberá apoio desta Casa.

### PROJETO DE LEI Nº 461/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :



Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o PROVOPAR de Vila Alta, Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Augusto José de Souza, 1897, em Alto Paraíso. É constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

O PROVOPAR tem por objetivo a integração da pessoa carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 462/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Semmelweis, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) EDSON PRACZYK

**JUSTIFICATIVA:**

A Fundação Semmelweis, é uma entidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa-financeira, que tem por finalidade a assistência à saúde, promovendo incentivos às atividades no campo da saúde, prestando serviços gratuitos na área da saúde e assistência social, prestando assistência aos idosos, promovendo pesquisas e estudos para a execução de empreendimentos vinculados aos objetivos da fundação.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Semmelweis, do Município de Guarapuava.

PROJETO DE LEI Nº 463/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cecília Meireles - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no Município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

A APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cecília Meireles - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro à Rua Carlos Gomes, 1190, Município de Goioerê - PR., é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, sendo constituída por prazo indeterminado, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APMF tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 464/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Arte e à Cultura - APAC de Sertanópolis, com sede e foro no Município de Sertanópolis, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Arte e à Cultura, fundada em 29 de janeiro de 2002, tem por objetivo geral incentivar e desenvolver a arte e a cultura entre crianças, adolescentes e adultos com talento, proporcionando horas agradáveis de apreciação da boa música e da arte em geral, incentivando o desenvolvimento da arte em todos os setores: pintura, música, teatro, dança e poesia entre outras, cooperando para a formação de novos talentos no município.

Para este trabalho foram criados os departamentos de cultura artística divididos em: Departamento de Música, Departamento de Artes Plásticas, Departamento de Poesia, Departamento de Teatro e Departamento de Dança.

Dos trabalhos já realizados destacam-se o projeto “As Doutoradas da Alegria” desenvolvido na Semana da saúde, com os alunos da Escola de Teatro no Hospital São Lucas e no Centro de Saúde Paulo Roberto Martins; apresentação de peças nas escolas municipais da Semana do Folclore; apresentação de teatro de Bonecos; e a integração junto às crianças carentes com o projeto Contando e Encenando Histórias.

A apresentação do Clube de Choro de Londrina e o Concerto para Flauta e Violoncelo proporcionou o contato com a boa música popular brasileira e a música erudita, despertando o interesse pelo aprendizado tanto das crianças como dos adultos.

**PROJETO DE LEI Nº 465/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - É vedada a inserção da terceira casa decimal dos centavos nos valores cobrados nas bombas dos postos de gasolina no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O Real, moeda brasileira, apresenta-se na forma de números inteiros, comportando o sistema centesimal para sua fração, os centavos, conforme prescreve o parágrafo segundo do artigo primeiro da Medida Provisória 542/94:

“Art. 1º - A partir de 1º de julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário Nacional passa a ser o Real (artigo 2º da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994), que terá curso legal em todo o território nacional.

§ 1º -...

§ 2º - A centésima parte do Real, denominada centavo, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade.”

Há muito a prática dos postos de gasolina institui a cobrança de uma terceira casa decimal nos centavos, o que já se demonstra irregular, ficando, portanto, imposta através da presente, a sua vedação.

Tal vedação pode não representar um prejuízo em situações individuais, mas na coletividade, face os milhões de litro vendidos diariamente em todo o País e no Estado do Paraná, sujeita não só a população paranaense ao abuso e lucro indevido, mas demonstra um prejuízo ao erário público.

**PROJETO DE LEI Nº 466/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizada de Utilidade Pública a Associação Clube de Mães Santo Antônio, da Comunidade Linha Ocoy Federal, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Clube das Mães Santo Antônio, com sede na Comunidade de Linha Ocoy Federal, Município de Medianeira, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, foi fundada em 11 de junho de 1997 e tem como finalidade a promoção humana através da participação ativa junto à comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 467/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Proteção à Maternidade e à Infância Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede e foro no Município de Ortigueira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede e foro no Município de Ortigueira, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a proteção e assistência à maternidade e à infância, levando a saúde, bem-estar e atendimento das necessidades da criança, da gestante e sua família.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 468/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de São João do Triunfo, imóvel situado na sede do Município de São João do Triunfo, conforme Transcrição das Transmissões nº 9.829, Livro 3-L, do Registro de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul.

Art. 2º - A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para a construção da sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de São João do Triunfo, retornando ao patrimônio estadual, caso

se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário visando a construção de um prédio destinado à APAE. Dispensável dizer da importância de tal iniciativa que atenderá aos excepcionais do Município de São João do Triunfo.

Diante da relevância da propositura apresentada, conto com o apoio dos nobres Pares, ao presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 469/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, ajuizados ou não, sob gestão da Agência de Fomento do Paraná S/A, poderão ser objeto de compensação com precatórios vencidos e inscritos no Orçamento do Estado do Paraná, observado o valor da data do requerimento de compensação.

§ 1º - Os precatórios apresentados para fins de compensação, deverão ser expedidos, processados, deferidos e registrados pelo Tribunal competente, não podendo sobre os mesmos haver pendência de recurso judicial de qualquer espécie.

§ 2º - Os precatórios terão o seu valor atualizado monetariamente e com a incidência de juros até a data do protocolo do requerimento de compensação, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 3º - Para os efeitos desta lei, os precatórios, a critério de seu titular, poderão ser cedidos por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros, detentores de débitos para com o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Art. 2º - A compensação restringir-se-á a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor devido pelo requerente, devendo o saldo remanescente ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas obedecidos os seguintes critérios:

I - para os contratos em que haja expressa previsão de juros e correção monetária, o valor da(s) operação(ões) a ser(em) compensada(s) será o valor atualizado do saldo devedor conforme as condições contratuais vigentes, aplicando-se os mesmos critérios para o saldo remanescente, sendo vedada a concessão de prazo de carência;

II - para os contratos de participação acionária temporária, com cláusula de recompra em que haja expressa previsão de juros e correção monetária, o valor da(s) operação(ões) a ser(em) compensada(s) será o valor atualizado do saldo devedor conforme as condições contratuais vigentes, aplicando-se os mesmos critérios para o saldo remanescente, sendo vedada a concessão de prazo de carência;

III - para os contratos de participação acionária permanente, sem cláusula de recompra, em que não haja expressa previsão de juros e/ou correção monetária, o valor da(s) operação(ões) a ser(em) compensada(s) será o valor atualizado do saldo devedor a partir da data do aporte do valor correspondente da participação acionária, corrigido monetariamente pelo IGP-DI acrescidos de juros de 4% (quatro por cento) ao ano, aplicando-se ao saldo devedor remanescente o mesmo critério, sendo vedada a concessão de prazo de carência;

IV - para os demais contratos em que não haja expressa previsão de juros e/ou correção monetária, o valor da(s) operação(ões) a ser(em) compensada(s) será o valor atualizado do saldo devedor a partir da data da celebração do contrato corrigidos monetariamente pelo IGP-DI acrescidos de juros de 4% (quatro por cento) ao ano, aplicando-se ao saldo devedor remanescente o mesmo critério, sendo vedada a concessão de prazo de carência;

§ 1º - Em todas as modalidades transcritas, para fins de cálculo do valor da(s) operação(ões) a ser(em) compensada(s), a correção monetária e os juros serão calculados até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.

§ 2º - O não pagamento da(s) parcela(s) devida(s) por parte do requerente, implicará na imediata propositura das medidas judiciais cabíveis por parte da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 3º - O requerimento para compensação será protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, indeferi-lo, fundamentalmente.

Art. 4º - O pedido de compensação será apreciado pelo Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001 ou seu sucessor, o qual aprovará ou não, após o exame de admissibilidade realizado pela Procuradoria Geral do Estado, os requerimentos de compensação de dívidas com precatórios requisitórios.

§ 1º - Após a manifestação do Comitê de Gestão e Controle, o pedido de compensação será encaminhado ao Conselho de Investimentos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, o qual homologará ou não o requerimento.

§ 2º - Aprovado e homologado o pedido de compensação, o titular do precatório ou cessionário, no prazo

de 10 (dez) dias, informará ao Juízo da compensação operacionalizada.

Art. 5º - A extinção dos débitos, realizada na forma desta lei, não dispensará o devedor do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios de sucumbência devidos à Agência de Fomento do Paraná S/A, quando a dívida a ser compensada for objeto de demanda judicial.

Parágrafo Único - Os honorários de sucumbência devidos, quando não arbitrados pelo Juízo, serão negociados diretamente com a Agência de Fomento do Paraná S/A, limitados ao percentual de 10% (dez por cento) do valor da dívida.

Art. 6º - os benefícios previstos nesta lei não são cumulativos com outros já existentes, bem como, com outros que, porventura, venham a ser estabelecidos, prevalecendo os critérios estabelecidos no artigo 2º da presente lei.

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Fazenda observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 8º - Para os fins desta lei, somente os valores relativos ao saldo remanescente não compensado deverão retornar ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, não se aplicando o disposto no artigo 2º da Lei nº 5.515/67.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO  
ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo a recuperação de valores para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE decorrentes de empréstimos e participações acionárias concedidos pelo fundo estadual.

Esta recuperação dar-se-á com a compensação de valores com precatórios expedidos contra a Fazenda Pública Estadual, limitada ao percentual de oitenta e cinco por cento (85%), sendo o saldo remanescente pago pelos interessados em moeda corrente.

Ademais, lei de semelhante conotação jurídica já foi implementada anteriormente, gerando significativos benefícios econômicos ao Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

## PROJETO DE LEI Nº 470/2004 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Mediante previsão expressa no termo de contrato, a Administração Pública Estadual, direta e indireta, fica autorizada a isentar do recolhimento de ICMS aqueles que figurem como seus contratados e que sejam responsáveis imediatos pelo pagamento.

§ 1º - A isenção tem incidência restrita ao objeto do contrato, não podendo se estender a nenhuma outra hipótese de incidência.

§ 2º - A isenção não se aplica às situações de substituição ou sucessão tributária.

Art. 2º - A autorização de que trata esta lei fica condicionada à previsão expressa no edital licitatório da exigência de que as propostas de preço sejam apresentadas com desconto da alíquota em que seria recolhido o ICMS, deduzidos eventuais reflexos.

§ 1º - Nas hipóteses de dispensa ou inexibilidade de licitação a previsão da isenção constará do termo que autorizou a contratação direta.

§ 2º - A isenção não será aplicada nos tipos licitatórios que não contemplem julgamento da proposta de preços.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

Ainda no que atinge à competência legislativa, insta consignar que o artigo 22, XXVII da CF, estabelece

competência para que os Estados editem normas específicas sobre matéria licitatória. Como o projeto em foco não aborda tema de norma geral, já que não altera a regra geral da obrigação de licitar ou as situações de contratação direta e não discorre sobre tipos ou modalidades de licitação, resta clara a competência legislativa do Estado.

É de ressaltar ainda que, como a aplicação da isenção tratada no projeto reverte em redução imediata dos preços pagos pelos cofres estaduais, sequer é necessário fazer-se o estudo do impacto financeiro da isenção, sendo fácil imaginar, mediante o evitamento de sonegação, que o tesouro estadual será sobremaneira beneficiado pelo que deixar de pagar.

O presente projeto visa trazer benefícios imediatos aos cofres públicos estaduais, autorizando isenção de reconhecimento do ICMS para seus contratados. Assim, o valor que seria recolhido *a posteriori*, muitas vezes corroído pelo altíssimo índice de sonegação, reverte em benefício direto dos cofres públicos mediante desconto de percentual que seria recolhido já na proposta de preço apresentada em licitação.

Portanto, além de estabelecer benefício imediato para as finanças públicas, o projeto permite ainda eliminar o amplo percurso de realização do crédito tributário, pois ao invés de aguardar que o contrato seja remunerado (pelo próprio Estado) para depois recolher o valor do tributo, fica já estabelecida a isenção supressora do caminho paga-recebe, pois o Estado não paga e já recebe mediante a previsão desta isenção, com reflexos nos preços cobrados dos cofres estaduais.

#### PROJETO DE LEI Nº 471/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 4º da Lei nº 5615 de 10 de agosto de 1967, alterada pela Lei nº 6473 de 31 de outubro de 1973, novo parágrafo, numerado como parágrafo único - A, em conformidade com a Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar 107 de 26 de abril de 2001, conforme redação a seguir:

“Art. 4º - .....

Parágrafo Único A - Os Ministros, atuais Conselheiros, e os Auditores do Tribunal de Contas, ficam impedidos de exercer as respectivas funções sempre que o respectivo cônjuge ou parentes seus, consangüíneos ou afins, na linha ascendente ou descendente e na linha colateral, até segundo grau, candidatarem-se e ou elegerem-se para ocupar cargo dos Poderes Legislativo ou Executivo, municipal, estadual ou federal.”

1.STF. Pleno. Adin 724-6/RD - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

Parágrafo Único B - O disposto no parágrafo anterior, não alcançará os Ministros e os Auditores do Tribunal de Contas cujos cônjuges ou parentes estejam no exercício de cargos eletivos, nesta legislatura, exclusivamente.

Art. 2º - Esta lei, depois de publicada, entrará em vigor em 1º de janeiro do ano de 2005.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Ademar Traiano, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin, Barbosa Neto, Renato Gaúcho, Durval Amaral, Nelson Justus, Fernando Ribas Carli, Delegado Bradock, Elio Rusch e Pastor Edson Praczyk.

#### PROJETO DE LEI Nº 472/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 19 da Lei nº 5615 de 10 de agosto de 1967, alterada pela Lei nº 6473 de 31 de outubro de 1973, novo dispositivo, numerado como parágrafo único - A, em conformidade com a Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107 de 26 de abril de 2001, conforme redação a seguir:

“Art. 19 - ...

I - ...

...

XXVI - ...

Parágrafo Único - ...

...

Parágrafo Único A - O Tribunal de Contas informará à Assembléia Legislativa, toda e qualquer comunicação recebida apontando indícios de vício ou de irregularidade em atos do Poder Executivo Estadual, administração direta e indireta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias do seu recebimento.

Parágrafo Único B - O Chefe do Poder Legislativo fará publicar no Diário da Assembléia o inteiro teor da comunicação de que trata o parágrafo anterior, no prazo máximo de 05 (cinco) dias do seu recebimento.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Ademar Traiano, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin, Barbosa Neto, Renato Gaúcho, Durval Amaral, Nelson Justus, Fernando Ribas Carli, Delegado Bradock, Elio Rusch e Pastor Edson Praczyk.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

**O SR. BARBOSA NETO**

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta data completam-se 28 anos da morte do ex-Presidente João Belchior Marques Goulart, ou simplesmente Jango (1918-1976), o último Presidente Trabalhista do Brasil, que assumiu o País na esteira da Campanha da Legalidade, liderada pelo então jovem Governador gaúcho Leonel Brizola. Antes disso, Jango havia sido Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas e duas vezes Vice-Presidente da República, eleito diretamente nos pleitos que elegeram Juscelino (1955) e Jânio Quadros (1960).

Nos dois anos e meio que governou o Brasil (07/09/61 - 31/03/64), Jango retomou as bandeiras de Getúlio Vargas de proteção ao trabalhador e de um desenvolvimento autenticamente nacional. Com esse propósito, encaminhou ao Congresso as reformas estruturais, as Reformas de Base - agrária, educacional, fiscal, administrativa, bancária e urbana -, sem as quais, julgava, o Brasil não poderia romper a barreira do atraso e da miséria.

Sua postura nacionalista contrariou interesse de grupos poderosíssimos, que há algum tempo se articulavam para dismantelar a Era Vargas. Embora acuado por esses setores, que dominavam a imprensa e praticamente todos os mecanismos de poder de persuasão no Brasil, Jango imprimiu medidas de grande alcance que perduram até hoje. Uma delas é o 13º salário, velha reivindicação trabalhista.

Outra foi a aposentadoria especial em função da natureza do serviço. Goulart ainda determinou a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural e do Código Nacional de Telecomunicações, que deu origem à EMBRATEL e autonomia às telecomunicações, antes sob o monopólio de empresas estrangeiras. Reorientou o processo de industrialização, distorcido pelos governos que sucederam a Getúlio Vargas para beneficiar o grande capital.

Instalou a ELETROBRÁS e reformulou a legislação sobre o Fundo de Eletrificação, assegurando assim a expansão da capacidade nacional de produção de energia elétrica, antes entregue ao descaso de multinacionais. Goulart ainda inaugurou três grandes usinas (USIMINAS, COSIPA e Ferro e Aço de Vitória) e autorizou à PETROBRÁS entrar no mercado nacional de distribuição de derivados do petróleo, que era restrito às companhias estrangeiras.

Cuidou, contudo, de conferir à estatal o monopólio para o fornecimento aos órgãos do Governo. Por fim, determinou a venda, com financiamento de longo prazo,

dos conjuntos residenciais construídos pelos Institutos de Previdência Social, em todo o Brasil, beneficiando cerca de 100 mil famílias. Iniciou a instalação de hospitais regionais da Previdência.

Tal orientação, juntamente com a regulamentação da remessa de lucros de empresas estrangeiras para fora do País, que corroía brutalmente nossa economia, e sua ênfase na proteção aos assalariados, contrariou frontalmente grandes empresários, banqueiros, setores militares, imprensa, agências de publicidade e as oligarquias. Tais grupos, que se acostumaram a auferir lucros estupendos à custa do salário vil dos trabalhadores e da dependência de nossa economia, organizaram-se, com o apoio de organismos americanos, à frente a famigerada CIA - Central Intelligence Agency -, para sabotar o Governo e finalmente depô-lo em 31 de março de 1964.

Parlamentarismo - João Goulart assumiu sob o sistema parlamentarista, concebido pela cúpula política em Brasília para minar-lhe os poderes de Presidente. O regime parlamentarista foi implantado a sete de setembro de 1961 e caiu, a 21 de janeiro de 1964, depois que um plebiscito o derrotou nas urnas, por uma margem de cerca de 80% do eleitorado (de um total 12.773.260 votos, quase 10 milhões foram contra o parlamentarismo).

Como Presidente pleno, poderia ter desencadeado as reformas estruturais de que o País necessitava, já a partir do primeiro dia. O problema é que ali o golpe já estava na rua, com os meios de comunicação todos trabalhando contra e os grupos econômicos, juntamente com as multinacionais financiando e patrocinando abertamente o complô empresarial-militar, que veio a se consumir no colapso da ordem constitucional e a deposição do Presidente, em 31 de março de 1964, exatamente um ano, dois meses e 25 dias depois da histórica vitória popular do plebiscito de 1961, com mais de 80% dos votos.

Algumas circunstâncias estranhas envolvem a morte de João Goulart. Àquela altura, ele já tinha escapado de uma tentativa de seqüestro. Um dia antes de sua morte, Jango viajara do Uruguai para a fazenda na Argentina, de carro, acompanhado de sua mulher, Teresa Goulart. Seu filho, João Vicente Goulart, desconfia que o ex-Presidente possa ter sido envenenado quando parou para almoçar na cidade argentina de Paso de Los Libres.

Uma hipótese que ninguém à época teve o trabalho de procurar constatar. Ninguém procurou vestir Jango com uma roupa mais apropriada. Jango foi enterrado sem sapatos, com a calça desabotoada e a camisa do pijama. Seu caixão foi lacrado. Nem na Argentina nem no Brasil foi permitida uma autópsia no corpo.

Obrigado!”

Mais um injustiçado trabalhista que defendeu até os últimos dias da sua vida o povo brasileiro, principalmente o sofrido trabalhador que, nos dias de hoje, não tem o que comemorar com esse projeto tirano, que perpetua o neo-liberalismo em nosso País.

A nossa homenagem, a homenagem do PDT de Leonel Brizola a João Goulart que, infelizmente, faz vinte e oito anos que não está entre nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“A Hora de colocar os pés no chão

“STF cassa liminar e obriga COPEL a participar de leilão de energia da ANEEL”.

“Justiça impõe nova derrota ao governo e assegura direito de sócios minoritários da SANEPAR”.

“Mussi acusa Pissetti de cobrar propina para liberar verba de comunicação.”

“Pissetti arruma viagem a Porto Alegre e não comparece à Assembléia Legislativa para dar explicações sobre acusações de propina.”

“Governo autoriza aumento de até 10% no pedágio.”

“Paraná pode ter prejuízo de R\$ 300 milhões com a quebra do Banco Santos.”

Essas são algumas das manchetes que recolhemos do noticiário da imprensa paranaense nos últimos dias.

São manchetes que mostram muito bem os solavancos administrativos criados pela ação orquestrada do Governador, com o único propósito de fomentar o conflito, a discórdia, a destruição.

Aliás, nesse particular é notável que a obra de maior visibilidade no Centro Cívico, onde ficam as sedes dos três Poderes estaduais, seja a destruição dos andares superiores do prédio do novo Fórum.

Ao destruir os andares superiores, o Governador está retomando uma obra por ele paralisada durante o seu primeiro mandato.

Assim, nada mais justo que ele dê um fim a uma obra cuja construção foi suspensa por ele mesmo.

O noticiário é farto.

De nada serviram as badaladas do sino da COPEL na Bolsa de Nova York.

Hoje a nossa empresa de energia está sendo obrigada pelo Governo Federal a participar do pool de energia, nas mesmas condições das demais empresas que atuam no setor.

Internamente, o Governador canta vitória e diz aos paranaenses que excluiu a COPEL das regras criadas pelo Governo Federal para a energia elétrica, mas a realidade é outra.

As mesmas diretrizes que no passado apontavam para a desestatização da COPEL estão presentes hoje no cenário nacional, na política de energia do Governo Lula.

Internamente o governo divulga o lucro de R\$297 milhões da COPEL nos primeiros nove meses de 2004.

É, sem dúvida, um bom resultado, mas está longe dos números obtidos por outras empresas de energia, como a estatal CEMIG, de Minas Gerais, cujo lucro no mesmo período alcançou R\$934 milhões, mais de três vezes a rentabilidade da nossa COPEL.

Tudo isso pode ser resumido numa constatação muito simples: é preciso menos conversa e mais resultados; menos discurso e mais realizações; menos falatório e mais obras. Só assim os sinos vão bater por bons motivos, por novas conquistas.

É hora de pôr os pés no chão e trabalhar para construir alguma coisa de bom para os paranaenses.

É hora de agir com responsabilidade e cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pequeno Expediente, Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho até esta tribuna hoje, porque no sábado, dia 04 de dezembro de 2004, saiu uma matéria na Gazeta do Povo aonde diz que “vaga em creche exige fila de 05 dias em São José dos Pinhais”.

Fui informar-me para saber por que está tendo esse problema na cidade de São José dos Pinhais, até porque sabemos que São José dos Pinhais é a terceira cidade em arrecadação do Estado do Paraná, perdendo apenas para Curitiba e Araucária.

Entrei no site da Prefeitura para saber o seu orçamento e o que vem acontecendo com esse Município para que pessoas, mães, fiquem 05 dias na fila esperando para conseguir uma vaga para os seus filhos.

No site, diz o seguinte:

(Lê):

“São José dos Pinhais: cerca de 227.941 habitantes. 925,86 km<sup>2</sup>, 20% de área urbana e 80% entre a área rural e de matas. Mantém perfeito equilíbrio entre agricultura, indústria e meio ambiente, preservando seu ar puro. Resgata e mantém seu patrimônio histórico, cultural e natural. Infra-estrutura invejável e, principalmente, qualidade de vida para seus cidadãos.

Sua localização é excepcional, servindo de elo de ligação para todo o MERCOSUL através de suas rodovias, bem como o Aeroporto Internacional Afonso Pena.

São cerca de 1.000 indústrias instaladas no Município. Muitas empresas líderes de mercado, como o Boticário, Marcopolo, Gessy Lever, Cica, Britânia, Nutritional, Lufer, Latal, Argus, Magius, Multilit. São José dos Pinhais, com a Renault, Volkswagen-Audi e as duas fornecedoras, é o 2º maior pólo automotivo do Brasil.

São José dos Pinhais, ao se globalizar economicamente, procura não perder suas características e

tradições, e, frente a todas as transformações, o turismo emerge como um instrumento catalisador do desenvolvimento econômico, além de reforçar a estima dos municípios, colaborando com o fortalecimento da imagem do Município”.

O orçamento mensal é estimado em aproximadamente 20 milhões de reais, somando 240 milhões de reais por ano.

Lendo isso na internet, no site da Prefeitura, não consigo entender por que na sexta-feira, na Globo, no sábado, no Jornal Nacional e no Jornal Hoje e, novamente, hoje, na Globo, no Jornal Hoje, falando dos problemas onde mães, vizinhos, tios e parentes ficavam na frente das creches e das escolas esperando por uma vaga. Não é possível que a terceira arrecadação do Estado continue fazendo isso com as pessoas, até porque quando passamos em São José dos Pinhais, andando nos seus bairros e, principalmente, no seu centro, vemos asfalto por tudo quanto é lado sendo construído, anti-pó.

Eu gostaria de ter uma explicação, e também fazer um pedido ao Ministério Público, que comece a investigar o porque de o orçamento da cidade de São José dos Pinhais não estar sendo cumprido. O papel dos Vereadores, que é o de fiscalizar o Executivo do Município, não está sendo bem feito, porque estamos vendo através da imprensa o que vem acontecendo.

Venho aqui cobrar, porque sabemos que tem ido muito dinheiro do Paraná Urbano, para a cidade de São José dos Pinhais. Temos que saber o que está sendo feito com esse dinheiro que o Governo está dando para a cidade. O que está sendo feito? Está sendo bem aplicado? Pelo jeito, não está!

Fica aqui o registro, Presidente. A nossa cobrança das melhorias, principalmente porque as crianças não precisam apenas de asfalto na frente da sua casa, precisam da educação, das creches. São José dos Pinhais é uma das cidades do Estado do Paraná, que não pode dizer que não tem dinheiro, porque a sua arrecadação é de encher o orgulho dos nossos paranaenses e tem empresas que trazem o incentivo e recursos para a cidade.

Fica aqui o registro da nossa indignação e da demonstração de incompetência da Prefeitura de São José dos Pinhais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Waldir Leite.

**O SR. WALDIR LEITE**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**(Lê):**

“Ocupo a tribuna desta Casa de Leis para mais uma vez defender os interesses do litoral paranaense. Gostaria que os colegas Deputados se engajassem nessa luta que pretendo deflagrar a partir de hoje: a alteração no Calendário Escolar.

O objetivo maior é aumentar a alta temporada turística, fazendo com que as aulas só comecem no início de março. Queremos, com essa medida, aumentar a geração de empregos e melhorar a economia das cidades do nosso litoral que, devido às barreiras ambientais que impedem a instalação de novas indústrias, vivem quase que exclusivamente do turismo.

Além da geração de mais empregos, maior arrecadação para o Estado e País, a alteração no Calendário Escolar proporcionará um melhor rendimento aos nossos estudantes, que tradicionalmente têm que enfrentar salas de aula sufocantes com as altas temperaturas registradas no mês de fevereiro.

O adiamento do início das aulas traz benefícios a todos, aos turistas, que vão poder desfrutar de dois meses de férias, e não apenas um. Com o início das aulas no começo de fevereiro, como acontece atualmente, as aulas nesse período levam também a uma busca em massa por vagas, passagens e roteiros no mês de janeiro, o que faz com que as cidades turísticas fiquem lotadas e a qualidade dos serviços prestados diminua consideravelmente. Da maneira como está, o serviço prestado aos veranistas deixa muito a desejar.

Além dessa corrida muito forte em janeiro, os turistas ainda enfrentam a absurda alta de preços devido ao aumento da demanda. Com o adiamento do início das aulas, as férias ficariam distribuídas em dois meses, o que com certeza iria aliviar a pressão sobre o mês de janeiro e o final do mês de dezembro.

É importante salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que o calendário escolar poderá ser adequado às peculiaridades locais, inclusive climáticas econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino. Basta manter a carga horária de 200 dias letivos ou 800 horas/aula ao ano.

Lembramos ainda que, essa proposta não favorece apenas os Municípios com vocação turística, mas sim aos cidadãos paranaenses que poderão aproveitar mais as opções de lazer em suas próprias cidades.

Estamos convictos que, para que possamos melhorar o ensino em nosso País, as aulas deverão iniciar no começo do mês de março. Se assim o for com toda certeza ampliaremos as nossas férias, haverá mais empregos, aumentarão justamente os gastos, as cidades poderão trazer mais turistas e todos sairão ganhando. Não podemos, esquecer também que a região litorâneo possui um dos mais baixos IDH's do País e, ultimamente, foi mais uma vez prejudicada com esse acidente ocorrido no dia 15, que colocou em risco sua fauna e flora, o que afasta ainda mais os turistas de nossas cidades. Precisamos, pois, de medidas efetivas para reverter essa triste realidade.

A proposta de alterar o Calendário Escolar tem apoio de todo comércio litorâneo, instituições organizadas e encontra respaldo também nos novos Prefeitos eleitos, porque o litoral paranaense, na alta temporada, abriga a população de todas as regiões do Paraná. Nossas



idades não podem ficar estagnadas porque as coisas “sempre foram assim”. É hora de ousar mais para mudar uma realidade que aflige diretamente cerca de 300 mil pessoas. É necessário que haja mobilização, conscientização e vontade política para garantir o desenvolvimento, emprego e renda de nossa gente.

De nossa parte já encaminhamos ofícios aos Núcleos Regionais de Educação de Curitiba, Litoral, Região Metropolitana Área Sul, Região Metropolitana Área Norte e também à Secretaria Estadual de Educação. Temos certeza que o Governo do Paraná, assim como esta Casa, não medirá esforços para transformar essa realidade e fazer prevalecer a vontade dos Municípios litorâneos. Não podemos esquecer também que o nosso litoral transforma-se, na alta temporada, na “vitrine” do Paraná, abrigando paranaenses de todos os cantos e turistas do Brasil e exterior.

Ao finalizar, voltamos a defender uma ampla discussão para que o nosso Calendário Escolar seja alterado já a partir do ano que vem. Estudos preliminares indicam que o início das aulas em março não alterará o número de aulas previsto na Constituição Federal, não sendo necessária também a realização de aulas todos os sábados. A única alteração que ocorreria seria a diminuição nas férias de julho.

Essa proposta também está ecoando no Senado Federal. Alguns Senadores querem igualmente unificar o Calendário Escolar em todo País, sinal de que não estamos sozinhos nesta importante luta. O litoral do Paraná, na verdade, é uma região que abriga todos os paranaenses na alta temporada. Por isso, pedimos apoio aos demais Deputados a esse projeto que, inicialmente, pretende alterar o Calendário Escolar no litoral, em Curitiba e região metropolitana. Com o tempo a idéia é estendê-lo aos 399 Municípios de nosso Estado.”

É com essa convicção, com a vontade de todo o litoral de alterar o calendário escolar para que possamos prolongá-lo e assim trazer mais benefícios à nossa região, que defendemos essa idéia e espero contar com o apoio e a ajuda de todos os nosso Pares nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Apenas para anunciar a presença aqui na plenária, em nossa tribuna de honra, do Prefeito Nedson Luiz Micheletti, Prefeito reeleito de Londrina, bem como do Prefeito eleito e sempre Deputado, Edno Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Presidência se associa com as boas-vindas aos ilustres Prefeitos de Londrina e também de Cianorte, ex-colega Edno Guimarães.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira, por cinco minutos.

**O SR. RENI PEREIRA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos chegando ao final de 2004 e eu, por várias vezes, subi a esta tribuna pedindo coerência com o discurso e com as ações em relação à segurança de Foz do Iguaçu. Hoje faço um pedido em inglês. Talvez seja essa a língua oficial do Secretário da Segurança, que não entende os vários requerimentos que fizemos e aprovamos nesta Casa, pedindo medidas urgentes em relação a Foz do Iguaçu e à região Oeste do Paraná.

Pois bem, essa história que foi usado o problema de segurança de Foz do Iguaçu com fins eleitoreiros, conforme uma nota oficial do Governo do Estado em agosto, assinada pela Secretaria da Segurança, que afirmava que o Governo queria fazer de Foz do Iguaçu a cidade mais tranquila e segura do País. Dessa história, já se passam dois anos e não acontece; as incoerências do Sr. Secretário vão além. Nessa mesma nota oficial ele afirmava que iria, sim, fazer o implemento dos policiais, tanto civis quanto militares, na cidade de Foz do Iguaçu e que faria um rodízio de policiais, porque assim também procedia a Polícia Federal.

Isso é uma inverdade. A Polícia Federal de Foz do Iguaçu não tem rodízio e quando sai um policial transferido de lá, outro policial é deslocado para aquela cidade, o que não vem ocorrendo hoje com a Secretaria da Segurança, porque temos notícias que mais de 19 policiais civis foram transferidos e sequer um foi enviado para suprir essa vaga. Também na época, ainda em agosto, o Secretário da Segurança lamentava que um tema tão importante para a melhoria da segurança pública era utilizado com benefícios eleitoreiros.

Pois bem, a eleição já passou e hoje estamos aqui cobrando resultados e eficiência desse Secretário, porque talvez se ele tivesse sido mais atento aos inúmeros requerimentos apresentados por esta Casa, por este Deputado e por outros também, - especificamente, apresentei vários, dos quais hoje pedi para que a assessoria separasse - com certeza hoje Foz do Iguaçu não figuraria como uma das cidades mais violentas do País, um dos maiores índices de homicídios proporcional por habitantes do País.

Um desses requerimentos apresentamos em 1º de junho solicitando para que o Secretário, de uma maneira oficial, respondesse a esta Casa qual era o número exato de policiais disponíveis para o policiamento em Foz do Iguaçu, o número de policiais que estavam em serviços internos ou administrativos e também a quantidade de horas trabalhadas por escalas.

A partir do momento que ele respondeu esse requerimento, na data de 2 de julho, ele teria condições de saber que em Foz do Iguaçu, neste momento, temos menos de 25 policiais militares fazendo o patrulhamento nas ruas da cidade. E o que é pior, temos na Delegacia, aliás, Delegacia que ele prometeu criar até o final desse ano e por enquanto ainda é um departamento, temos 4 policiais civis cuidando dos mais de 300 homicídios que ocorreram em Foz do Iguaçu neste ano.

Temos outro requerimento que foi apresentado no dia 09 de março após o assassinato covarde do comerciante Borislau Papiresk na Avenida República Argentina. Pedimos que o Secretário colocasse na região que envolve o Mercado Panorama e a Queiroz Galvão, pedimos que colocasse um módulo policial nessa região ou pelo menos uma viatura policial 24 horas por dia, porque o Comércio é pujante nessa região.

Senhor Presidente, vou usar o Horário da Liderança.

Pois bem, se ele tivesse colocado uma viatura ou enviado mais quatro policiais para que fizessem esse policiamento, com certeza não teriam ocorrido tantos outros assaltos, e inclusive um assalto que ocorreu nesse trecho na semana passada com uma produtora de vídeo de um dos programas de maior audiência na nossa região em que o assaltante, provavelmente menor de idade, ao sair do assalto ainda desferiu um tiro contra um apresentador e só não o feriu mortalmente por sorte, e a mesma sorte não teve uma vó de família, que neste sábado ia para Foz comprar dez bonés para os seus netos para dar de presente de Natal e foi atingida depois de dominada e assaltada por um jovem de doze anos quando ela estava caída no chão. Então essa vó não teve a mesma sorte que teve o apresentador. Com certeza esse é o grande teor e o grande trauma que paira hoje sobre a cabeça das senhoras e dos senhores de Foz do Iguaçu e também da região.

É por isso que no início do mês de novembro eu pedi reforço policial para Foz do Iguaçu para que Foz não tivesse hoje ultrapassado a casa dos trezentos homicídios. Essa manchete não é do ano passado, não é do início do ano; é de hoje. Só nesse fim de semana, cinco pessoas acabaram falecendo violentamente em Foz do Iguaçu.

A última ocorrência foi ontem, na Avenida República Argentina, onde ocorreu o assalto à produtora, na semana passada e onde eu pedi, no início do ano, um módulo da Polícia Militar ou uma viatura, 24 horas por dia. Também é manchete: “Mulher foi assassinada durante assalto”, por menor de doze anos quando passava a ponte para ir fazer compra de Natal, no Paraguai.

É por isso, Sras. e Srs. Deputados que, de agora em diante, realmente, se esse Secretário diz que usava o tema da segurança com fins eleitoreiros, eu vou usar toda semana desta tribuna, para cobrar, insistentemente, que ele cumpra com a palavra em relação a Foz do Iguaçu, instale a Delegacia de Homicídio, que prometeu que estaria funcionando até o final do ano e para que instale a Academia de Polícia em Foz do Iguaçu. É uma incoerência tremenda - nada contra Cascavel, aliás, acredito que Cascavel como o resto do Estado, merece mais atenção na área de segurança, mas se em Cascavel estivesse funcionando esse tal de geoprocessamento que o Secretário apresenta como sendo a salvação da segurança para o Estado do Paraná, ele perceberia que em Cascavel, que tem aproximadamente oitenta policiais, ocorreram 74 homicídios neste ano.

Foz do Iguaçu que conta com aproximadamente, 40 policiais civis, já ultrapassou a casa dos trezentos homicídios! É por isso que esse tal de geoprocessamento - se já estiver sendo implantado aqui no Estado do Paraná, - com certeza omitiu Foz do Iguaçu dos seus dados e das suas estatísticas.

Concedo aparte ao Deputado Barbosa Neto.

### **O Sr. Barbosa Neto**

Quero nesta tarde, cumprimentá-lo pela coragem do seu pronunciamento e de tocar neste ponto que é nevrálgico no atual Governo do Estado. Nós estamos batendo nessa tecla já há algum tempo, e lamentavelmente não conseguimos encontrar eco das nossas críticas e das nossas observações do outro lado da praça, ou seja, do Palácio Iguaçu. Parece que o Governador prefere levar as constatações que nós fazemos aqui em torno da segurança pública, pelo lado do revanchismo, ou que estamos pedindo a cabeça do Secretário da Segurança apenas por capricho ou pela crítica pura e simplesmente.

Não é nada disso e V. Exa., com muita propriedade, sobe à tribuna na tarde de hoje para colocar em pratos limpos essa questão. A sua região é uma das mais perigosas e onde há o maior índice de homicídios do Brasil. Trago aqui o que as manchetes dos jornais de hoje estão estampando sobre o número assustador de homicídios que ocorreram nesse final de semana. Lamentavelmente, na minha cidade, em Londrina, das 32 viaturas da Polícia Militar, 26 estão no estaleiro, ou seja, estão paradas por falta de peças, por falta de recursos do Governo do Estado para que possam dar proteção e auxiliar na segurança pública. Por conta disso, a imprensa local tem “batido” em nós, Deputados estaduais, dizendo que simplesmente cruzamos os braços e nada fazemos.

Com a palavra aqui aqueles que sustentam este Governo que tem estado à margem no que tange à questão de segurança pública.

Parabéns a V. Exa. pela coragem e pelo pronunciamento oportuno na tarde de hoje.

### **O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

V. Exa. tem um minuto para concluir.

### **O SR. RENI PEREIRA**

Agradeço a esta Presidência e para finalizar, gostaria de dizer que, se nós queremos construir uma Foz do Iguaçu, - não a mais segura do País, porque isso é um sonho que talvez não esteja ao nosso alcance, esses dois anos que faltam do governo Roberto Requião, - no mínimo com um patamar de segurança igual ao das outras grandes cidades do Paraná, nós estamos fazendo errado, porque em 2002, quando assumiu o Sr. Roberto Requião, Foz do Iguaçu tinha 98 policiais civis e um Delegado em cada Distrito Policial.

Quando eu apresentei um requerimento pedindo efetivo de policiais em Foz do Iguaçu, agora no início do ano, nós tínhamos 47 homens da Polícia Civil, dos quais,

pelo levantamento que fizemos, dezenove já foram transferidos e apenas nove foram enviados para Foz do Iguaçu, a título de aumento de efetivo, e no lugar desses transferidos até agora a Secretaria da Segurança não enviou ninguém. Dos dezenove, quatro investigadores estão no Departamento de Homicídios, que investigam, não o homicídio de hoje, os cinco desse final de semana, mas os mais de trezentos que já ocorreram neste ano. Infelizmente essa é uma causa e vai aumentando o número da criminalidade porque, os criminosos trabalham com a impunidade a seu favor, porque é humanamente impossível quatro policiais conseguirem levar a termo, investigações de mais de trezentos homicídios!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

**O SR. NELSON TURECK**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou aproveitar para registrar a presença do ex-Deputado Estadual, nosso grande amigo e companheiro, Edno Guimarães, hoje Prefeito de Cianorte, que é um orgulho para este Estado.

Hoje a cidade de Cianorte é conhecida como “Pólo do Vestuário”. Parabéns, uma idéia que você começou, foi o Prefeito, foi o Deputado e hoje voltou a ser Prefeito para comandar essa bela cidade do Paraná.

Srs. Deputados, eu subo a esta tribuna, porque aqui muitas vezes eu defendi a necessidade do pedágio nas rodovias centrais do Paraná. Lembro-me que muitas vezes, na estrada de Irati, cheguei a estourar dois pneus. Inclusive um dia pousei nessa estrada, e aí aprovei, junto com demais companheiros, para que fosse implantado o pedágio.

Hoje, mais do que justo, tenho o direito de reivindicar, tenho o direito de cobrar e, principalmente, por serem reivindicações dos agricultores, de pessoas que trafegam por essa estrada, principalmente aquela que vem de Guarapuava e, que entra na Irati, ‘Caminhos do Paraná’.

Ontem pude observar, porque toda a semana eu tenho viajado e ouvido os reclames, as reivindicações dos usuários e, principalmente, muitos acidentes que têm acontecido. Ontem, eu vim com uma forte chuva, e a pista fica escura, desaparece a sinalização, não tem aquele “olho de gato”.

Na verdade está complicado. Vi acidentes ocorrendo. Não sei se faltou uma fiscalização, também, dos caminhões que passam às vezes por excesso de peso, mas hoje a água está correndo no centro da pista.

Estou fazendo essa reclamação hoje, para que essa concessionária tome as providências, que pintem aquelas faixas, porque não tem condições de você saber se está no meio da pista, ou se está na lateral ou se está do lado

esquerdo. Já que a população e nós Deputados também pagamos o pedágio, temos o direito de cobrar dessa empresa um serviço eficiente, um serviço de responsabilidade que atenda à segurança do usuário que está andando nessas rodovias pedagiadas.

Por isso faço um apelo aos Deputados, que amanhã estarei apresentando um requerimento para ser aprovado e encaminhado para a Caminhos do Paraná, porque ela é muito importante, ela traz a segurança, não só àqueles que estão passeando, mas para o transporte escolar, para o escoamento da safra agrícola e também daqueles que trafegam.

Ontem, eu enfrentei um drama, andando naquele trecho. Aquele pedágio antes de chegar a Irati, de quem vem de Guarapuava, é um absurdo! É preciso que essa empresa tome as providências, melhore muito mais do que ela está! É para isso que o povo paga pedágio; para melhorar as nossas rodovias; essa rodovia está piorando.

Por isso, a minha cobrança hoje, para que essa empresa tome as devidas providências, porque estou falando em nome daqueles que estão usando essas rodovias pedagiadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra pela ordem de inscrição, ao ilustre Deputado Valdir Rossoni.

V. Exa. é o único inscrito. Poderá usar o tempo integral do Grande Expediente, 30 minutos.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, eu serei breve no meu pronunciamento, porque tenho aqui um assunto palpitante, mas deixarei para o dia de amanhã.

Apenas para comunicar aos Srs. Deputados, que estamos dando entrada na Casa a dois projetos de lei, que altera a redação e acrescenta o dispositivo de Lei Orgânica, no Tribunal de Contas.

Eu estou comunicando à Casa que nós estamos entrando com esses dois projetos, até para que os senhores tenham conhecimento, porque mexe com o Tribunal de Contas. Eu tenho visto, de muitos parlamentares, o desejo de contribuir para melhorar esse relacionamento entre a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas, porque todos sabemos que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, e na verdade, não parece ser.

Então, por essa razão, estamos entrando com esses dois projetos de lei. Já tenho aqui a manifestação de quinze Parlamentares que apoiam, mas coloco à disposição dos Srs. Deputados para o seu apoio. No final da Sessão darei a entrada.

Farei aqui a leitura da alteração.

**(Lê o primeiro projeto)**

Quer dizer, em suma, que qualquer irregularidade que venha a ser constatada pelo Tribunal de Contas, ele terá cinco dias para informar esta Casa, e o Presidente da Assembléia terá por obrigação e por lei, de publicar no Diário Oficial para que os Srs. Parlamentares tenham conhecimento.

### **(Lê o segundo projeto)**

Esses são os dois projetos de lei. Um deles eu justifico.

#### **O Sr. Rafael Greca**

No sentido de felicitá-lo pela qualidade desse projeto de lei que contribui, no meu ponto de vista, para a moralidade pública e devolve ao Tribunal de Contas do Estado a função de órgão auxiliar da Assembléia Legislativa do Paraná, porque vem aquela Corte exorbitando, transformando-se num quarto Poder não previsto no espírito republicano de Montesquieu. Um quarto Poder - como no meu caso, enquanto Prefeito de Curitiba guardou as minhas contas até o limite da véspera de uma possível candidatura majoritária para tentar fazer pressão política.

Um quarto Poder que faz isso não só comigo, mas com a maioria dos Prefeitos do Paraná. Um quarto Poder que faz isso exercendo a prática antiga e já condenada pelos historiadores dos Papas déspotas do Renascimento, o nepotismo, que provocou a reforma na Igreja, Reforma Protestante, que está a pedir uma reforma nos costumes políticos deste País. Assim como Lutero oxigenou a Igreja afixando as suas teses na porta da Capela de Vutemberg, V. Exa. propõe uma reforma nos costumes políticos do Paraná com esses dois projetos de lei.

Tem V. Exa. os meus cumprimentos.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço o brilhante aparte do Deputado Rafael Greca.

Imagine se o Tribunal de Contas toma esta atitude com o Prefeito de Curitiba, imagine qual é a atitude que ele vai tomar com o Município de Bituruna, que é minúsculo, Município pequeno do Estado do Paraná!

São estas as razões. Estamos aqui para corrigir os vícios que os Poderes, no decorrer do tempo, começam a praticar. E nós temos conhecimento que esta prática é comum. Qual é o Deputado aqui que não tem essa reclamação? O que precisamos, o que os Prefeitos paranaenses precisam, o que a sociedade paranaense precisa, é que desta vez os senhores apóiem esse projeto, porque por muitas vezes foi ameaçado nesta Casa, de entrar com este mesmo projeto e depois foi refluído.

Quero dizer aos senhores que eu não refluirei, e espero contar com o apoio dos Srs. Deputados - que não tenho nenhuma dúvida - virá colocar o Tribunal de Contas no seu devido lugar, e ele terá, ainda, mais condições

de exercer sua função de órgão auxiliar da Assembléia Legislativa.

#### **O Sr. José Maria Ferreira**

Deputado Rossoni, igualmente, como o Deputado Rafael Greca, quero parabenizá-lo pela apresentação do projeto. Não o conheço na íntegra, mas pela conversa que tivemos há alguns meses atrás, posso mais ou menos delinear o que V. Exa. pretende com essa propositura.

Precisamos que o Tribunal de Contas do Estado seja uma corte, uma corte técnica; e não uma corte política. E muitas vezes, aquilo que o Deputado Rafael Greca acabou de colocar é a realidade que acontece. Não tem contas aprovadas de 2001, 2002, 2003, dos atuais Prefeitos. Ora! Se está ocorrendo alguma irregularidade, a sociedade e muito menos aquele órgão não têm condições de dizer que precisa de correção ou precisa tomar alguma iniciativa por parte da Câmara Municipal ou por parte do próprio Ministério Público estadual, em relação aos desmandos havidos na Prefeitura!

Então, há urgência em que haja um disciplinamento e uma forma de conduta na análise. Não quero crer que seja falta de funcionários e falta de estrutura, porque temos um Tribunal de Contas bem aparelhado, um Tribunal de Contas que, segundo o relato dos seus próceres, é o melhor do País, e não pode ficar 2, 3, 4, 10 anos sem apreciar uma conta do Executivo!

Portanto, vou apreciar com muita atenção o projeto que ora V. Exa. apresenta, para que possamos fazer o resgate da efetiva função daquela instituição.

Muito obrigado.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço o aparte.

É por esta razão que estamos anunciando, praticamente, a entrada deste projeto: para que os Srs. Parlamentares atentem para a questão, para que possamos, além de aperfeiçoar este projeto, ampliar algumas questões que podem ser debatidas no decorrer da sua apreciação.

#### **O Sr. Ratinho Júnior**

Gostaria de parabenizar, não só seu pronunciamento, Deputado, mas também seu projeto. E não só este, mas um outro que o senhor apresentou, aquele da certidão negativa do Tribunal de Contas, que tem que passar pela Assembléia Legislativa, até porque os Deputados José Maria Ferreira e Rafael Greca já falaram: o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, mas muitas vezes, parece que tem mais poder e mais influência que ela, e nós temos que mostrar a nossa competência, até porque como disse o Deputado José Maria, é um Tribunal de Contas muito bem aparelhado, muito bem remunerado, tem cerca de 1,9% do orçamento do Estado; nós temos 5%. Desses, 1,9% vai para o Tribunal de Contas.

Então, quero dar-lhe os parabéns, por ter a coragem de mexer nesse vespeiro, vamos dizer assim, porque muitas vezes as pessoas têm um pouco de receio de mexer no Tribunal de Contas porque muitos Deputados dependem dos seus Prefeitos, e muitas vezes os Prefeitos têm mais receio ainda em falar sobre Tribunal de Contas.

Então, quero dizer que de minha parte o senhor tem total apoio, não só nesse projeto como naquele outro que o senhor já apresentou e está sendo discutido na CCJ e nas outras Comissões, e terá o meu apoio pessoal.

Parabéns.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o aparte. E até para não tomar a co-autoria do projeto, eu sou co-autor junto com o Deputado Bradock, deste que completa os dois que nós estamos dando entrada hoje.

Um aparte ao Deputado Bradock.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK

Também queria parabenizá-lo pelos projetos, e dizer que acho que o nosso Poder Legislativo tem que se sobressair. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, e como disse muito bem o Deputado Ratinho Júnior, parece que tem mais poderes que a Assembléia!

Então, o senhor está de parabéns, estará com o meu apoio nesses seus dois projetos, e mais o nosso, que já está encaminhado, está em fase da CCJ e precisa de uma emenda.

O Presidente Hermas Brandão se comprometeu no começo do ano de colocar em votação. Acho que vamos colocar aí as coisas nos seus devidos lugares. O senhor está de parabéns e conte com o meu apoio!

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço ao Deputado Bradock pelo aparte, e nós também não pediremos regime de urgência a esse projeto, para deixar que seja votado depois do dia 15 de fevereiro.

Então, teremos aí o período de férias, dará oportunidade para que os Deputados possam estudar, porque tanto melhor e mais bem aperfeiçoado será esse projeto; ele foi amplamente estudado pela nossa assessoria jurídica. Mas certamente os Parlamentares, pelo que eu tenho sentido, a vontade de participar dessa renovação de hábitos do Tribunal de Contas, vamos contribuir, e muito. Quero dizer aos Srs. Deputados, enquanto nós estamos aqui a discutir Utilidade Pública, poderemos, a partir desse projeto, estar discutindo questões relevantes de interesse do Estado porque o Tribunal de Contas terá que enviar a esta Casa, e aí nós poderemos enriquecer a nossa pauta, que as vezes é sofrível.

Com esse projeto, com o apoio dos Srs. Deputados, certamente com as novas idéias que vão surgir, nós, a partir do ano que vem, seremos uma nova Assembléia, vamos exercer o nosso poder representativo, e

vamos aqui discutir questões que chamarão a atenção da população paranaense.

Isto é de suma importância e espero contar com o apoio dos Srs. Parlamentares.

#### O Sr. Barbosa Neto

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Não gostaria de cortar o raciocínio que V. Exa. está encaminhando neste momento, mas da mesma forma não poderia deixar de também poder dar aqui humildemente a minha modesta contribuição ao vosso pronunciamento. Entendo que V. Exa. foi de extrema felicidade ao trazer para a tribuna no dia de hoje um assunto muito importante e palpitante. E eu vejo que podemos ir um pouco além de tudo isso que estamos discutindo neste momento, até pelo número de Deputados que aparteiaram-no neste momento, como bem colocou também V. Exa. Estamos mostrando a verdadeira dimensão do problema que aí está, que vai além daquele conflito de Poder, ou uma briga isolada da Assembléia com o Tribunal de Contas. Precisamos ter a consciência de que não queremos entrar em conflito com os Conselheiros do Tribunal de Contas, mas que como órgão auxiliar desta Casa, e que tem a função específica de analisar as contas dos Municípios e de seus órgãos, temos que dar a isenção e a independência que eles necessitam, porque a imprensa vem colocando de forma desairosa, comentários de funcionários que há anos militam naquela Casa. Alguns deles que moram no exterior e que apenas recebem salários sem qualquer tipo de serviços prestados ao Tribunal de Contas.

E mais do que isso, é inconcebível que o poder político e não a questão técnica se sobreponha à análise dos fatos e, principalmente, dos papéis que são encaminhados àquela Casa.

Parabenizo V. Exa. pela clareza dos vossos projetos. Pode ter certeza que terá o meu apoio para que haja transparência necessária e que o conflito de interesses e de poderes não seja o principal mote ou condão de vosso projeto.

Muito obrigado!

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o seu aparte.

O meu pronunciamento sobre esta questão foi há 90 dias. Tive o cuidado dessa demora para apresentar esse projeto de lei, para que fosse muito bem estudado.

A partir de hoje, se merecermos o apoio dos Srs. Deputados, estaremos valorizando esta Casa e demonstrando o real poder que temos de fiscalizar os atos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas, que tem que se reportar a esta Casa, porque é um órgão auxiliar.

Tenho até um fato aqui que poderia justificar a apresentação de um desses projetos: o Tribunal de Contas, ao constatar uma irregularidade, teria que ser obrigatório há muito tempo informar a esta Casa. Esta-

mos trazendo isso para o debate agora. O órgão fiscalizador é a Assembléia.

Então, a partir do momento que tivermos o Diário Oficial da Assembléia relatando possíveis irregularidades, estaremos aqui fiscalizando melhor o Executivo e contribuindo para a governabilidade.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

### **O Sr. Durval Amaral**

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa brilhante dos dois projetos de lei.

O Tribunal de Contas é um órgão conceituado no Estado do Paraná e faz questão de dar publicidade a todos os seus atos. Institucionalmente, está vinculado à Assembléia Legislativa.

A partir de toda e qualquer denúncia de irregularidades com relação ao Governo do Estado, nada mais correto do que a ampla publicidade, até para resguardar os próprios Conselheiros e o Tribunal de Contas. Um Estado transparente como o nosso, nada melhor como a transparência absoluta. E o Diário desta Casa passa a ser o instrumento correto.

Entendo que, o Tribunal de Contas, os Conselheiros, os Auditores, os Inspectores vigilantes que são, muitas vezes tomam conhecimento, até pelo próprio dever do ofício, de irregularidade eventuais que ocorram, tanto na Administração Direta como na Indireta. Muitas vezes essas irregularidades eventuais sugerem um contraditório. Portanto, fazem as impugnações, para que se estabeleça o contraditório entre o Tribunal de Contas e a Secretaria ou o Órgão da Administração Direta que está sendo impugnada.

Penso que é de boa hora, inclusive em respeito ao Parlamento, que toda e qualquer impugnação seja publicada no Diário Oficial da Assembléia. Para nós Deputados de Oposição, será um instrumento importante, mas a valorização do Parlamento será muito maior com essas medidas, porque todos nós Parlamentares, todos os dias lendo o Diário da Assembléia Legislativa, saberemos a quantas andam finalmente todos os acompanhamentos e todas as impugnações feitas pelo Tribunal de Contas.

Então, quero cumprimentá-lo pela brilhante iniciativa com relação também ao seu outro projeto. É de uma habilidade genial, porque sabemos que é incompatível legislarmos sobre matéria eleitoral. Não poderíamos efetivamente fazer isso.

Temos consciência já do direito adquirido daqueles Parlamentares colegas nossos, que já estão no exercício do mandato, mas, nada impede que efetivamente os Conselheiros, a partir do momento que queiram ter candidatos próprios dentro dos laços familiares, respeitando o direito daqueles que quiserem exercer o mandato, que eles obviamente fiquem impedidos de exercer a função de Conselheiro durante o mandato desse seu parente próximo. Acho que é de uma genialidade fantástica de V. Exa. Quero cumprimentá-lo e tenho certeza que isso terá

uma tramitação bastante célere aqui na Assembléia Legislativa.

Parabéns pela iniciativa.

### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço pelo aparte.

Duas razões vão trazer mais tranquilidade aos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Primeiro, não sofrerão pressão em qualquer eventual irregularidade, porque ele tem que enviar à Assembléia Legislativa e esta é a desculpa do Conselheiro. É a justificativa. Ora, dada a entrada de uma possível irregularidade, o Conselheiro terá que comunicar a esta Casa, e o Tribunal de Contas fica isento de eventual pressão política. É na verdade um projeto que dá ao Tribunal de Contas total liberdade de fiscalização.

Não estamos de forma nenhuma querendo tolher aqui a sua autoridade, mas queremos na verdade dar esta liberdade para que ele não seja pressionado em determinados momentos. Nós ouvimos e vimos o que aconteceu com o Tribunal de Contas da União nesses últimos dias. Isso certamente no Paraná não acontecerá, porque quem terá conhecimento também, além do Tribunal de Contas, são os 54 Deputados que terão toda a liberdade de usar a tribuna e fazer a defesa ou talvez justificar a devida acusação.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço e conto com a colaboração da Mesa para que, a partir de 15 de fevereiro - quando reiniciar os trabalhos, - esse projeto caminhe rapidamente para chegarmos aos meados do ano que vem com esses dois projetos de lei, junto com o projeto de lei do Deputado Bradock, que caminhem juntos, porque são de assuntos e méritos iguais.

Obrigado.

### **O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Nesta Presidência, não na condição eventual de presidir a Sessão, mas como Parlamentar, quero expressar os nossos parabéns pela iniciativa do referido projeto.

Passaremos ao Horário das Lideranças.

PL. Deputado Chico Noroeste.

### **O SR. CHICO NOROESTE**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, público presente.

Também gostaria de tecer alguns comentários com referência à segurança da cidade de Foz do Iguaçu.

Lembro-me como se fosse hoje, na campanha do Governador Roberto Requião, quando ele prometia como sendo uma de suas propostas, tornar Foz do Iguaçu uma das cidades mais seguras do Brasil. Depois de ter assumido, reiteradas vezes afirmou que a tornaria a cidade mais segura do Brasil. No final do ano de seu mandato, os números de Foz do Iguaçu mostram exatamente ao contrário. Grupo de 100 mil habitantes, Foz do Iguaçu apresenta uma taxa de 90.83; Londrina, 41.95; contra 26.98 para Curitiba; Ponta Grossa, 26.22; Cascavel, 22.22; e

Maringá, 8.25. Com relação às principais cidades do País, Foz do Iguaçu apresenta 90.8, por grupo de 100 mil habitantes; São Paulo, 40.2; Rio de Janeiro, 45.20.

Depois de quase dois anos de mandato, no dia 30 de novembro a situação se encontra de mal a pior. Até agora registrou-se 260 homicídios, por grupo de 100 mil habitantes, contra 253 no ano passado. Se projetarmos até o final do ano, poderemos chegar próximo de 290/300 homicídios durante o ano de 2004.

Com relação a roubos de carros já chegamos até o dia 30 de novembro a 734 contra 632 do ano passado. Fazendo uma projeção, podemos chegar a mais de 800 roubos de carros durante este ano.

Portanto, venho aqui também fazer uma cobrança séria ao Governador Roberto Requião, ao Governo do Estado, em especial à Secretaria da Segurança, ao Secretário Delazari, no sentido que se adotem medidas urgentes e emergenciais para conter a escalada de violência em Foz do Iguaçu. Apelo para o Deputado Dobrandino, que todos sabemos ser amigo pessoal do Governador. Apelo também para o Líder do Governo Natálio Stica e a todos os Srs. Deputados, para que possam nos ajudar somando forças e esforços, no sentido de que o Governador venha cumprir essa promessa de campanha. Foz do Iguaçu precisa, porque tem como principal finalidade o turismo, atividade econômica da nossa cidade. A segurança do jeito que está, de mal a pior, vem prejudicar a nossa economia e, principalmente, ao turismo da nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

PSL; PPS; PSDB; PSB; PTB; PP; PFL; PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Venho a esta tribuna para falar também sobre a segurança, não apenas de Foz do Iguaçu, mas do Paraná e do Brasil. É claro que a situação em Foz está muito difícil, com o muitos problemas, mas estamos acostumados a ver isso e não é de agora; é desde o governo passado, do qual o Deputado Chico Noroeste era Deputado, aqui, na Assembléia Legislativa; a situação era muito difícil. Mas temos que lutar para mudar esse quadro e estamos lutando, o Governo do Estado também está lutando, nobres Deputados Reni Pereira e Chico Noroeste. Por exemplo, este Governo já colocou um mil e poucos policiais militares em operação, que foram formados por este Governo e que não tinha no Governo passado. E essa dificuldade é muito grande e muito maior em função da defasagem que vinha do Governo passado, como por exemplo, um mil e duzentas e poucas viaturas que entregaram, e o Governo hoje acabou de adquirir mais cerca de quase quinhentas viaturas.

Agora, tem problema? Claro que tem problema! O Secretário prometeu? Prometeu! Não foi possível cum-

prir, como também não será possível cumprir as promessas que V. Exa., Deputados Reni Pereira e Chico Noroeste fizeram, que a partir de janeiro a segurança é com a Prefeitura de Foz, e nós temos gravações nesse sentido. Os Deputados e o Prefeito eleito prometeram que a partir de janeiro segurança não é mais do Estado, e sim, da Prefeitura, que resolverá o problema. Nós vamos cobrar isso e temos gravado.

Agora, o nosso Governo está enfrentando muita dificuldade na defasagem salarial do funcionalismo público, porque passou oito anos sem aumento e aqui tinha Deputado de Foz do Iguaçu que acompanhou bem e imagino que muito pouco ou quase nada pôde fazer.

Então, até para que o Governo Requião possa repor essa defasagem de mais policiais, de mais estrutura em todos os setores do Estado, realmente esses quatro anos serão poucos, como serão poucos os quatro anos para o Governo que prometeu até levar remédio em casa para as pessoas e isso está gravado.

Então, é muito fácil fazer discurso e acho louvável aqueles que defendem realmente aquilo que é de interesse do povo. E nós não nos assustamos e não nos constrange por sermos do Partido do Governador e defender este Governo que - estou falando com convicção - é muito melhor que o Governo passado. É um Governo sério e vem trabalhando com responsabilidade enfrentando todos os desafios, mas claro que tem grandes problemas, como tem em todo o Brasil.

Foz do Iguaçu, Sr. Presidente e nobres Deputados, é uma cidade diferente das demais do Brasil. Nós temos o privilégio de morar em uma cidade que tem uma das melhores redes hoteleiras do Brasil, recebemos turistas do Mundo inteiro, mas também, por outro lado, carregamos o ônus de sermos uma cidade de fronteira, onde é o caminho da entrada de drogas para o País; 90% da criminalidade é gerada em função das drogas. Então, o nosso Governador, em que pese ter grandes dificuldades para sanar todos esses problemas, em dois anos de mandato vem trabalhando, e muito!

Não vim aqui defender o Secretário da Segurança Pública, mas a Secretaria realmente não está de costas para esse problema. Não faço aqui apenas o requerimento para depois passar o jornal e dizer que estou trabalhando em cima disso, mas quando vou à Secretaria, discuto com o Secretário e com o Governador, e isso semanalmente.

Então, nós temos uma posição correta da realidade. O Governo está trabalhando e o trabalho tem que ser muito maior no sentido de reciclar, esses policiais. Tem muitos policiais bons, são muitos, mas também tem muitos que deixam a desejar. Precisamos combater a segurança também, tirando de circulação aqueles que estão lá para trabalhar, defender a população e não estão cumprindo com sua obrigação. Quero rebater aqui algumas críticas que não são verdadeiras; dificuldades nós temos e estamos trabalhando para melhorar, mas na verdade não é só com discurso que vamos melhorar a segurança; é com ações concretas que o Governo está fazendo.

Muito obrigado.

**O SR. CHICO NOROESTE (Pela Ordem)**

Gostaria de apartear o Deputado Dobrandino. No meu discurso, referi-me que ele é amigo pessoal do Governador Roberto Requião, entra pela porta dos fundos; não fica apenas fazendo requerimento.

Ele senta com o Secretário, senta com o Governador Roberto Requião, mas a conclusão que tiro é que realmente não está surtindo efeito o seu trabalho, uma vez que a segurança em Foz do Iguaçu continua de mau a pior.

**O SR. RENI PEREIRA**

Também gostaria de esclarecer ao Deputado Dobrandino, que ele está fazendo uma suposição de alguém que vai assumir em 1º de janeiro e já está fazendo uma premonição que a coisa vai piorar! Falo pelo que já ocorreu há dois anos do atual Secretário e que a segurança piorou! São os dados! E não é verdade que a situação tem melhorado, só tem piorado! E é um problema de Foz do Iguaçu e se o Governo do Estado que é competente não resolve, alguém tem que resolver!

**A SRA. ELZA CORREIA**

Gostaria de colocar, conforme o Deputado Dobrandino já colocou, com muita serenidade. Tenho ouvido várias críticas. Acho que é nosso papel como Deputados fiscalizarmos as ações do Governo, as ações dos Secretários. Entretanto temos que, sempre à luz da verdade, à luz do conhecimento, das informações, fazermos essas nossas críticas, senão ficam vazias. Temos vários problemas de Segurança no Estado, e a questão da segurança é um reflexo de vários problemas, inclusive reflexo de uma situação nacional de contrabando, de tráfico de armas, de tráfico de drogas, impunidade, desvio de dinheiro público e várias outras questões.

Então, parece muito fácil criticar a situação no Paraná sem fazermos uma referência de como está a situação a nível de País e como o Estado foi encontrado. O Secretário Delazari tem trabalhado, sim, na direção de minimizar o problema. Mas tudo que se fizer com relação à segurança, em 2 anos ainda será pouco, muito pouco diante dos grandes acontecimentos, dos problemas, das dificuldades que o Paraná tem. Mas só de policiais foram contratados 1029 policiais militares, só este ano, 1270 viaturas, mais de 500 policiais civis, mais coletes à prova de bala, pistolas e outros equipamentos, 215 viaturas foram substituídas hoje pelas que eram locadas. Para Londrina vão 12 viaturas e mais várias para a região metropolitana. Vários investimentos o Governo tem feito para minimizar a questão da violência no nosso Estado, que é gravíssima e decorre inclusive de um empobrecimento da população, da exclusão social, da ausência de emprego e das condições econômicas o modelo neoliberal de política econômica brasileiro.

Portanto são vários problemas e fica muito fácil fazer discurso e pedir cabeças, como se a responsabilidade total e absoluta fosse de um único Secretário. Isso não é verdade. Também sou muito crítica, sou uma pessoa que coloca aqui as minhas posições, mas é sempre necessário não esquecermos de colocar os números e o que tem sido feito para minimizar o problema da segurança no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA:**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 029/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, reivindicação que seja vedada a inserção da terceira casa decimal dos centavos nos valores cobrados nas bombas dos postos de gasolina. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 030/2004, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Francisco Bühner, Barbosa Neto e demais Srs. Deputados, constante do expediente, sugerindo o envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando a alteração do calendário escolar, sugerindo que as aulas só comecem no início de março na região do litoral, região metropolitana e capital do Estado, conforme justificativa presente na indicação. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiados, constantes do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, devidamente apoiados, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.



Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2180, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 733/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretário de Estado será composta de vencimento único no valor de 11.925,44 (onze mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

**Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Voto contra da Bancada da Oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário da Bancada da Oposição.

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 841/2003, que objetiva dar nova redação ao artigo nº 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999. “Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 373/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 27/2004, altera incisos do artigo 28 da Lei Complementar nº 4087 (Estatuto da Procuradoria do Estado). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257, de 30/11/79, alterada pelas Leis nºs 7.812, de 29/12/83 e 9.174, de 29/12/89, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança por ela criada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM PARECER CONTRÁRIO DA SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COMPARECER FAVORÁVEL DA CCJ, COM EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 246/2003

Altera o *caput* do artigo 1º do Projeto de Lei nº 246/2003, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica revogado o item 82.4 da Lei nº 9174/89.”

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Vanderlei Iensen, Ratinho Júnior, Delegado Braddock, Elton Carlos Welter e 01 ilegível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 246/2003

Art. 1º - Ficam revogados os itens 82.4, 8.2.4.1, 8.2.4.2, 8.2.4.3, 8.2.4.4, 8.2.4.5, 8.2.4.6, 8.2.4.7 e 8.2.4.8, da Tabela 8, da Lei nº 9.174, de 29 de dezembro de 1989, que alterou a Lei nº 7.257/79, alterada pela Lei nº 7.812/83.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 246/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva revogar a Lei nº 7.257, de 30.11.79, recebeu emenda de plenário, de autoria do nobre Deputado Natálio Stica.

**Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal para a proposição que pretende alterar a redação do artigo 1º do projeto de lei em tela.

**Conclusão**

Sendo assim a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação da presente emenda, na forma da Sub-Emenda Substitutiva Geral, que apresentamos em anexo.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Chico Noroeste, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter e 1 ilegível.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2197, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Emenda da CCJ, de autoria do Deputado Delegado Bradock. **Aprovado.**

Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

A emenda do Deputado Bradock, que foi relator da CCJ, devidamente aprovado, naquela Comissão, fala o seguinte. (Procede à leitura). Aprovado.

Automaticamente, à aprovação dessa emenda, ficam prejudicadas as demais.

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci, que determina a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVES, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE e SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 715/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores Coletivo do Assentamento Padre Josimo, do Município de Ortigueira, com sede e foro no Município de Ortigueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o trecho da Rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.** Com voto contrário da Deputada Elza Correia.

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. (defesa do consumidor). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de autoria do Deputado Reni Pereira, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2004

Art. 1º - Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004:

a) o artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Somente a lei, observado o princípio da anterioridade, pode estabelecer antecipação do prazo para recolhimento do tributo.”;

b) fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 9º, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A cada dois anos o Poder Executivo estadual expedirá, por decreto, a consolidação, em texto único, da legislação vigente relativa a cada tributo.”;

c) o artigo 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 - A administração fazendária somente poderá desconsiderar os atos praticados pela sociedade mercantil e atribuir responsabilidade a seu administrador quando for comprovado que as obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração à lei, ou violação de seus atos constitutivos.”

d) os parágrafos 1º e 2º do artigo 14 ficam transformados em parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Nenhum depósito, fiança, caução, aval ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte, administrativamente, como condição para admissibilidade de defesa ou recurso no processo administrativo-tributário.”;

e) o artigo 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - O contribuinte será informado do valor cadastral dos bens imóveis e dos procedimentos de sua obtenção, para fins de ciência dos elementos utilizados na exigibilidade dos impostos que incidam sobre a transmissão de bens ou direitos relativos à propriedade imobiliária.

Parágrafo Único - Se a avaliação administrativa do imóvel não foi aceita pelo contribuinte, fica garantida a avaliação contraditória na forma prevista em lei.”;

f) o *caput* do artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 - A autuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 10 (dez) dias úteis a contar da intimação.”;

g) o *caput* do artigo 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 - O crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido definitivamente pela administração pública ou por sentença judicial transitada em julgado, poderá, por opção sua, ser compensado com débitos tributários próprios ou de terceiros.”;

h) o parágrafo único do artigo 28 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Os indícios, presunções, ficções e equiparações legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal, na lei complementar ou em lei ordinária.”;

i) o inciso V do artigo 30 passa a vigorar com a seguinte redação:

“V - fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo se justificado por justo receio de resistência ao ato fiscalizador.”;

j) o inciso V do artigo 33 passa a vigorar com a seguinte redação:

“V - divulgação oficial do teor das decisões em segunda instância proferidas em processos administrativos fiscais e respostas a consultas formalmente elaboradas pelos contribuintes, bem como dos demais atos administrativos de caráter relevante, assim considerados pela legislação pertinente, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na constituição.”;

l) o artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38 - É obrigatória a inscrição do crédito tributário em dívida ativa no prazo de até 90 (noventa) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional pela omissão, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 20.”;

m) o parágrafo único do artigo 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Do termo a que alude o *caput* deverá constar o prazo máximo para a ultimação das diligências, que não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável justificadamente uma única vez por 90 (noventa) dias.”;

n) o artigo 40 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40 - A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente, individualmente ou a título coletivo.”;

Art. 2º - Ficam excluídos os artigos 41 e 42 do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004.

Sala das Comissões, em 06.12.2004.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamento:

Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Ratinho Júnior, Delegado Bradock, Geraldo Cartário, André Vargas, Elio Rusch, Marcos Isfer, Chico Noroeste, Mauro Moraes, Ailton Araújo e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente parabenizamos a louvável iniciativa do nobre Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Hermas Brandão, de propor o Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, que visa dotar o Estado do Paraná de um “Código de Defesa do Contribuinte”, estabelecendo normas gerais sobre direitos e garantias na relação tributária entre os contribuintes e a administração fazendária estadual.

Assim, a presente Emenda Modificativa objetiva unicamente contribuir para o aprimoramento de pequenos detalhes do texto proposto, prevendo em seu artigo 1º as seguintes alterações:

1ª) Em relação ao artigo 5º, ante o fato de que as obrigações tributárias acessórias, ou seja, aquelas que não importam no pagamento de tributo, são estipuladas e alteradas por normas infralegais, como por exemplo, a forma de apuração do débito, o texto do PLC provocaria um engessamento da necessária e imprescindível dinâmica fisco arrecadadora, motivo pelo qual propomos que dependa de lei somente caso haja a antecipação do prazo para recolhimento do tributo e não nas demais hipóteses;

2ª) Acrescentamos o parágrafo único ao artigo 9º estabelecendo que a cada dois anos o Poder Executivo estadual expedirá, por decreto, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada tributo, o que é de extrema importância para os contribuintes, e para o próprio fisco, pois em decorrência das inúmeras alterações que normalmente a legislação tributária sofre, tem-se dúvidas inclusive sobre quais os dispositivos que estão vigentes;

3ª) Ficam substituídas as expressões “sócio gerente” e “estatuto social”, constantes do artigo 12, por “administrador” e “atos constitutivos”, visando adequar o

texto à terminologia jurídica adotada pelo Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de dezembro de 2002);

4ª) os parágrafos 1º e 2º do artigo 14 tratam, em nosso entender, indevidamente, de normas relativas a Direito Processual, matéria esta, de conformidade com o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, de competência privativa da União (“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.”). Portanto, propomos a exclusão da expressão “em juízo”, constante do parágrafo primeiro, e a supressão integral do parágrafo segundo;

5ª) O *caput* do artigo 16 reporta-se a “elementos utilizados na exibibilidade dos impostos que incidiram sobre a propriedade imobiliária”, entretanto a Constituição Federal não confere competência aos Estados para instituir impostos sobre a propriedade de imóveis, motivo pelo qual propomos a alteração do texto para “impostos que incidam sobre a transmissão de bens ou direitos relativos à propriedade imobiliária”, em consonância com o artigo 155, inciso I, da Carta Magna. Já o parágrafo único do artigo 16 estabelece responsabilidade funcional ao administrador público que avaliar imóvel por valor “manifestamente superior ao de mercado”, sem no entanto indicar a forma de se comprovar o excesso de exação, deixando tanto o administrador público, quanto o próprio contribuinte, em situação extremamente precária. Assim, propomos uma nova redação ao referido parágrafo único no sentido de que se a avaliação administrativa do imóvel não for aceita pelo contribuinte, fica garantida a avaliação contraditória na forma prevista em lei própria:

6ª) O artigo 22 estipula que a autuação do contribuinte depende de análise de sua defesa prévia, apresentada em cinco dias a contar da intimação, entretanto, dependendo do período envolvido e da quantidade de documentos que necessitam ser analisados, estendemos que tal prazo poderá ser por demais exíguo, de tal modo que propomos seja de dez dias úteis;

7ª) O artigo 23 estabelece que o “crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido em decisão administrativa definitiva” poderá ser objeto de compensação, entretanto, nem sempre o reconhecimento de um crédito se dá por “decisão administrativa”, mas também em decorrência de outros atos administrativos, motivo pelo qual estamos propondo alteração da redação para “o crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido definitivamente pela administração pública”;

8ª) O artigo 28 estabelece em seu parágrafo único que “os indícios, presunções, ficções e equiparações legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal e na lei complementar”, entretanto, alguns tributos têm o seu fato gerador definido em lei ordinária (arts. 24, parágrafos 1º a 4º, 146, inciso III, alínea “a”, e 150, inciso I, da Constituição Federal), motivo pelo qual propomos o acréscimo da expressão “lei ordinária” ao mencionado parágrafo único;

9ª) O inciso V do artigo 30 somente autoriza que o agente da administração tributária se faça acompanhar de força policial desde que haja autorização judicial, o que inibe e retarda a ação fiscal que necessita ser ágil e imediata, motivo pelo qual propomos que a proteção policial possa ser efetivada quando houver justo receio de resistência ao ato fiscalizatório.

10) O inciso V do artigo 33 determina a divulgação de todos os atos decisórios nos processos administrativos, o que, além de retardar o trâmite processual, acarretaria à fazenda um custo altíssimo visto a enorme quantidade de atos a serem divulgados. Portanto, propomos alteração no sentido de que sejam divulgados aqueles atos administrativos relevantes, conforme determinar a legislação;

11) O artigo 38 estabelece que “é obrigatória a inscrição do crédito tributário em dívida ativa no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional pela omissão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 20”, entretanto, muitas vezes tal prazo é por demais exíguo ficando o administrador fazendário sujeito a punições por causas que estão fora do seu controle, motivo pelo qual propomos que o prazo seja ampliado para noventa dias;

12) O parágrafo único do artigo 39 estabelece que a ação fiscalizadora deverá ser ultimada no prazo de noventa dias, prorrogável justificadamente uma única vez e por igual período. Entretanto, dependendo do porte da empresa fiscalizada, tal prazo é por demais reduzido, motivo pelo qual propomos a ampliação para cento e oitenta dias, prorrogável, justificadamente, uma única vez, por 90 (noventa dias).

13) O artigo 40 estabelece que “a defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente ou em juízo, individualmente ou a título coletivo”, entretanto, propomos a supressão da expressão “ou em juízo” por se tratar de matéria atinente a Direito Processual, portanto de competência privativa da União, artigo 22, inciso I, da Constituição Federal (Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil comercial, penal, processual, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.”)

No artigo 2º propomos a exclusão dos artigos 41 e 42 por tratarem de matéria de Direito Processual Civil e Direito Processual Penal, respectivamente, portanto de competência privativa da União, artigo 22, inciso I, da Constituição Federal (Artigo 22. Compete privativamente à União legislar sobre I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.”).

### **O Projeto retorna à CCJ.**

### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 299/2004, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça - Ofício nº 18/42, que altera artigo 1º e parágrafo único da Lei nº

11.171/95 - Ministério Público. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovada, a emenda.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 314/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a festa da Uva de Mariópolis, que se realiza na 2ª quinzena do mês de janeiro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CT. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 355/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º do Decreto nº 26.086, de 23 de outubro de 1959, que declarou de utilidade Pública a Sociedade Brasileira Cultural e Caritativa São José. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 369/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro São José de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 374/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação Casas do Servo Sofredor, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 388/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 396/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a ARCAFAR/Sul - Associação Regional das Casas Familiares do Sul do Brasil, com sede à Avenida Santa Catarina, nº 220, em Barracão e foro na Comarca de Barracão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 403/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar trecho da rodovia municipal em Lupionópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. **Aprovado, artigo por artigo. Com voto contrário da Deputada Elza Correia e do Deputado José Maria Ferreira.**

#### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 410/2004, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que denomina Olívio Zanella a rodovia federal BR-373, no trecho compreendido entre o Município de Candói e o trevo de acesso a Coronel Vivida. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, que institui que as escolas da zona rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publicado no DA nº 082/2003, de 14.10.2003)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 626/2003

#### P A R E C E R :

A proposta legislativa em análise, de autoria da nobre Deputada Estadual Luciana Rafagnin, objetiva instituir a obrigatoriedade da inclusão de “embasamento teórico e prático em agricultura ecológica” no currículo das escolas situadas nas zonas rurais do Estado, sejam elas públicas ou privadas.

Não obstante a preocupação da autora com a saúde do agricultor e da população que consome a produção agrícola e com a preservação do meio ambiente através da educação, é necessário o saneamento da proposição para viabilizar a sua aprovação.

E por quê? Primeiramente porque atribuições administrativas que por lei são impostas aos entes da administração pública, no caso a Secretaria da Educação, tem a iniciativa do respectivo processo legislativo reservada, exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal.

No que se refere ao nosso Estado deve-se fazer a leitura do artigo 53 da Constituição Estadual, conjugadamente com o que dispõe o seu artigo 66, inciso IV.

Portanto, não poderá o Parlamentar, por iniciativa própria, apresentar projeto de lei sobre matéria que incumbe ao Poder Executivo provocar a discussão nesta Casa de Leis.

Já no que se refere à imposição da obrigatoriedade pretendida às escolas da rede privada de ensino, das

zonas rurais do Estado, nenhum impedimento, quer legal ou constitucional se opõe aos objetivos da autora.

A competência legislativa sobre a matéria é concorrente entre a União, os Estados e os Municípios (artigo 24, inciso IX - CF), o ensino é livre à iniciativa privada respeitados os conteúdos mínimos estabelecidos em lei nacional (artigos 209, 210 - CF), e a Lei Nacional que estabelece as diretrizes e bases da educação - LDB (artigos 26 e 27), prevê um conteúdo básico mínimo para todo o território nacional e as adaptações necessárias ao meio rural:

“Art. 28 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho da zona rural.”

Isto posto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça à proposição da nobre Parlamentar, na forma do Substitutivo Geral em anexo e no que respeita às escolas da rede pública de ensino sugere à autora que apresente a Proposta Legislativa ao Chefe do Poder Executivo, sob a forma de Indicação deste Poder Legislativo.

Sala das Comissões, em 25.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

#### SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 626/2003

O presente Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 626/2003, tem por objetivo alterar-lhe a redação, em face dos fundamentos expostos no parecer desta Comissão de Constituição e Justiça, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Os estabelecimentos da rede privada de ensino da zona rural do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino de que trata esta lei, oportunizarão aos alunos, a associação do conhecimento empírico dos agricultores ao conhecimento científico, visando à agricultura sustentável.

§ 1º - As atividades de agroecologia não alterarão o currículo escolar, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - as atividades técnicas teóricas ecológicas deverão ser ministradas nas escolas através de:

- a) palestras;
- b) debates;
- c) seminários.

II - As práticas deverão ser conjugadas com ações participativas, priorizando o ambiente escolar, valorizando o saber local, visando a qualidade dos alimentos consumidos e, sobretudo a saúde dos consumidores;

III - deverão ser oportunizadas saídas de campo para conhecimento de propriedades agroecológicas da região.

§ 2º - Os custos para o desenvolvimento das atividades poderão ser obtidos através de parcerias de modo a viabilizar a execução dos projetos, devendo as escolas apresentar relatórios semestrais aos parceiros, detalhando as atividades realizadas e as metas alcançadas.

§ 3º - O estabelecimento de ensino de que trata esta lei, deverá manter biblioteca que viabilize o acesso das pessoas interessadas no aprofundamento dos seguintes temas:

- I - agroecologia;
- II - rotação de culturas;
- III - vida alternativa;
- IV - adubação verde;
- V - alimentação natural;
- VI - cooperativismo;
- VII - não utilização de agrotóxicos.

Art. 4º - Os estabelecimentos de ensino tratados nesta lei, deverão realizar encontros periódicos bimestrais para a troca de experiências.

Art. 5º - Os alimentos agroecológicos produzidos nas escolas pelos alunos serão utilizados na merenda escolar e o excedente distribuído entre os mesmos ou doados a entidades beneficentes.

Art. 6º - As ações desenvolvidas pela escola poderão ser divulgadas pelos meios de comunicação da região, auxiliando na formação da consciência ecológica nesta prática.

Art. 7º - Os alunos deverão ser avaliados de forma descritiva, com o objetivo de incentivá-los ao aprendizado, à troca de experiências e a apresentação de alternativas viáveis para problemas que possam surgir no âmbito ecológico.

Parágrafo Único - A avaliação do aluno deverá considerar:

- I - interesse;
- II - atenção;
- III - participação nas atividades propostas.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 25.11.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 626/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, tem por desígnio instituir que as escolas da zona rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos regimental e legalmente exigidos. Nesta seara, respeitando-se a alçada desta Comissão Permanente, deve-se sopesar sobre a viabilidade financeira do projeto de lei.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida. Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.  
(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso à Associação dos Sericicultores, do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA COPTC. (Publ. no DA nº 049/2004, de 01.06.2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 219/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 219/2004 de autoria do Exmo. Sr. Deputado Padre Paulo Campos, tem por desígnio autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso à Associação dos Sericicultores, do imóvel pertencente ao Patrimônio do Estado do Paraná, conforme especifica.

O projeto de lei ora sopesado, em sua justificativa, alega que com a sua transformação em lei, haverá um estímulo à doação de sangue em todo o Estado do Paraná.

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do seu mérito.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, observando-se a emenda aditiva abaixo alocada:

Fica o imóvel gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 219/2004

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Padre Paulo Campos, o projeto em epígrafe tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a outorgar à Associação dos Sericicultores, em cessão de uso, imóvel localizado no Município de Alto Paraná, contendo 450 m², de propriedade do Estado do Paraná, para instalação da sede daquela Associação.

Em primeiro lugar, é importante assinalar que a Constituição do Estado do Paraná somente permite a utilização gratuita de imóveis de propriedade do Estado, para fins particulares, se a beneficiária for entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social. O projeto não se faz acompanhar de documentos que comprovem essa exigência.

No entanto, de acordo com a justificativa do autor, a referida Associação tem finalidade estimular o desenvolvimento e a defesa das entidades econômicas, sociais e culturais de seus associados que trabalham na produção da seda.

A vista disso, antes de emitirmos parecer em definitivo, opinamos pelo envio do projeto à Coordenadoria do Patrimônio do Estado para parecer daquele órgão.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.  
(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 219/2004

P A R E C E R E M D E F I N I T I V O :

De autoria do Deputado Padre Paulo Campos, o projeto em epígrafe tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a outorgar à Associação dos Sericicultores, em cessão de uso, imóvel localizado no Município de Alto Paraná, contendo 450 cm², de propriedade do Estado do Paraná, para instalação da sede daquela Associação.

Em seu parecer prévio, esta Comissão deliberou pelo envio do presente projeto à Coordenadoria do Patrimônio do Estado, a fim de que se manifestasse sobre a cessão de uso ora pretendida, uma vez que não há no projeto documentos que comprovem que a entidade que se pretende beneficiar preenche os requisitos do artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná para a utilização de bem público estadual por particular (trata-se de entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública).

Por meio da Informação nº 104/2004, a referida Coordenadoria, inicialmente esclarece que há um equívoco no projeto no que se refere à descrição do imóvel. Segundo ela, de acordo com o Registro Geral de Imóveis da Comarca de Alto Paraná, às fls. 110 do Livro 3-B o imóvel descrito é o de nº 1.077, com 450m². Trata-se da data 5 da quadra 424. Já o de nº 1.075 (referido no projeto) também com 450m², está descrito a fls. 109 e corresponde à data 4 da quadra 424.

No entanto, conforme esclareceu a Coordenadoria do Patrimônio, as duas datas foram doadas ao Município de Alto Paraná pela Lei nº 13.767, de 10 de setembro de 2002, o qual guarda autorização governamental para que seja efetuada a decorrente escritura pública.

Relembre-se que, de acordo com a justificativa do autor, a Associação dos Sericultores tem por finalidade estimular o desenvolvimento e a defesa das entidades econômicas, sociais e culturais de seus associados que trabalham na produção da seda.

Assim, considerando que a doação ao Município de Alto Paraná atende melhor às disposições do artigo 10 da Constituição Estadual (pois visa dar ao imóvel um fim público) e entendendo que o interesse coletivo deve prevalecer sobre o particular, esta Comissão emite parecer contrário ao prosseguimento da tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

#### **Em votação.**

#### **A SRA. ELZA CORREIA (Para Encaminhar)**

Esse projeto do Padre Paulo Campos, embora seja um projeto autorizatório, pede ao Governo que efetue a cessão de duas áreas públicas do Estado para a Associação dos Agricultores.

A Comissão de Obras, da qual sou Vice-Presidente e o Deputado José Maria é Presidente, fez uma diligência e verificamos que essas duas áreas já foram doadas para o Município. O Estado já doou, portanto, na nossa avaliação, o interesse do projeto fica extinto, à medida em que o é proprietário dessas áreas, no momento é o Município, e não mais o Estado do Paraná.

Por isso, a nossa Comissão, a Comissão de Obras, deu-lhe um parecer contrário, em função desta inconstitucionalidade. É neste sentido que eu queria fazer esta colocação. Não sei se o Deputado José Maria, como Presidente tem alguma colocação a fazer, mas o projeto não pode ser votado; é inconstitucional.

#### **O SR. RAFAEL GRECA**

Isso não pode ser votado, Sr. Presidente. Como é que se vai doar uma coisa que não pertence mais ao Estado? Como é que o Estado vai dar o que não é seu? A

Assembleia Legislativa se transforma numa Casa de debate da população.

Há um cochilo, um cochilo vergonhoso do ponto de vista da assessoria da Mesa e da própria Comissão de Constituição e Justiça, em pôr isto na Ordem do Dia!

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós colocamos na Ordem do Dia porque passou pela Comissão de Constituição e Justiça.

#### **O SR. RAFAEL GRECA**

Mas não poderia passar, porque se a área não é mais do Estado! Como é que vai dar o que não é seu?

#### **A SRA. ELZA CORREIA (Para Encaminhar)**

Vou fazer por escrito, mas antecipo, posso fazer um pedido de retirada deste projeto?

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O Deputado Natálio Stica parece que vai encaminhar no sentido da rejeição do referido projeto.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Vamos encaminhar à rejeição e assim elimina todo o problema que ocorreu até agora.

Encaminhamos pela votação **não**.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Só para um esclarecimento, Sr. Presidente.

A CCJ não tem responsabilidade, e neste caso, avaliou da legalidade. A Comissão de Mérito, que é a Comissão de Obras, é quem teria que fazer e fez o seu papel.

A Deputada Elza era relatora e buscou, e a informação que ela colheu é que já não pertencia mais ao Estado. Portanto, o processo não poderia ter sido colocado na pauta.

#### **O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)**

Peço, como autor do projeto, a retirada por cinco sessões, para análise, e depois voltamos a discutir.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao nobre Deputado Padre Paulo o encaminhamento do requerimento por escrito.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Também que o Deputado Stica abra mão da votação.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2198, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Só uma informação eu gostaria de prestar aqui. Na realidade, quando o autor, o nobre Deputado Padre Paulo



apresentou o projeto e foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, eu mesmo analisei pelas informações do autor, e todo o Parlamentar, aqui, tem realmente o respeito, e a credibilidade junto aos seus Pares.

Portanto, não posso culpar também a Comissão de Constituição e Justiça por ter dado o seu parecer favorável. Analisou, e diante daquilo que foi apresentado, estava em condições de ser votado. Queremos elogiar o trabalho da Deputada Elza por ter buscado as informações na sua Comissão.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Nós não podemos, na CCJ, estar fazendo incursões de outra Comissão, não tem que pedir informações do Poder Público, porque senão a CCJ vira caudatária do processo.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

**Está retirado por cinco Sessões.**

## ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que denomina “Governador Leonel Brizola” a rodovia que liga o Município de Pato Branco ao Município de Dois Vizinhos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2004, de 11/08/2004).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 295/2004

#### P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa do nobre Deputado Augustinho Zucchi, que denomina “Governador Leonel Brizola” a rodovia que liga o Município de Pato Branco ao Município de Dois Vizinhos.

Nenhuma irregularidade relacionada com as matérias que, regimentalmente, devem ser apreciadas pela presente Comissão está presente na proposição, razão pela qual o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da proposição, viabilizando-se assim sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 295/2004

#### P A R E C E R :

#### Do Projeto

De autoria do Deputado Augustinho Zucchi o presente projeto de lei visa denominar “Governador Leonel Brizola” a rodovia que liga os Municípios de Pato Branco

e Dois Vizinhos. Em sua justificativa o autor declara que: “Brizola, Cidadão Honorário do Paraná, cujo título lhe foi entregue pela Assembléia Legislativa com algumas décadas de atraso, pois antes se via impedido de pisar em solo brasileiro, merece esta homenagem. Pela sua trajetória na vida pública e pela sua ilibada conduta é que devemos prestar esta justa homenagem a este honrado brasileiro designando a rodovia que liga Pato Branco a Dois Vizinhos, no Sudoeste, região pela qual ele tinha grande apreço e onde deixou milhares de amigos e admiradores, com o nome de “Rodovia Governador Leonel Brizola”.

A Comissão de Constituição e Justiça, através do relator, concluiu pela admissibilidade legal e constitucional do projeto de lei.

#### Do Voto

Personagem de alto significado nacional, gaúcho de nascimento e Cidadão Honorário do Paraná, o engenheiro Leonel Brizola possui história que se vincula ao processo democrático brasileiro. Sua atividade e sua missão ultrapassaram os limites espaço-temporais, para tornar-se homem do Brasil. A homenagem que se presta através deste projeto de lei somente tem a receber parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

## ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 21/2004, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 070/2004, de 12/08/2004).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 301/2004

#### P A R E C E R :

O projeto de lei acima epigrafo foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 021/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei Estadual nº 11.428, de 14 de junho de 1996.

Na justificção, o autor ressalta que a apreciação se faz necessária uma vez que a referida empresa visava dotar o Estado do Paraná de instrumento capaz de gerar recursos adicionais para alavancar investimentos públi-

cos no território paranaense, sem provocar endividamento adicional, valendo-se para tanto, de parte do patrimônio estadual constituído por ações de empresas, realizando, desta forma, operações restritas a utilização de parte das ações de emissão da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Diz ainda, “em face das determinações legais contidas, em especial, nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2515, de 29.06.1998; nº 2827, de 30.03.2001 e nº 2920, de 26.12.2001, assim como na Resolução nº 43, de 21.12.2001, do Senado Federal, a empresa não vem cumprindo com o objetivo para o qual foi criada.

As mencionadas normas estabelecem, dentre outros, limites de crédito para o setor público, o contingenciamento de crédito a entes públicos, a ser observado pelas instituições financeiras autorizadas no País e o direcionamento na aplicação dos recursos externos captados pelo setor público.

Como consequência, a observância da citada legislação torna praticamente inviável a realização de novas operações de crédito por sociedades de economia mista como a Paraná Investimentos S.A.

Ademais, a realização de operações para captação de recursos ao Tesouro do Estado, através de empresas controladas, encontra restrições consoante o contido no artigo 37 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, tornando vedada a adoção da alternativa de captação anteriormente utilizada”.

É o relatório.

#### **Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º), a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Sessões, em 21.09.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

#### **EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 301/2004**

Art. 1º - Modifica o artigo 3º do Projeto de Lei nº 301/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 21.09.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira e Marcos Isfer.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 301/2004**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 301/2004, de autoria do Poder Executivo, dissolve, liquida e extingue a empresa Paraná Investimentos S.A.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em razão da legislação superveniente, a atividade da Paraná Investimentos ficou inviabilizada, ainda mais com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 301/2004.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Em votação.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN (Para Discutir)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encaminho à Mesa dois requerimentos para retirada por dez Sessões, dos itens 21 e 22, e explico o porquê. Em verdade o que estamos discutindo hoje é um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 em suas alterações posteriores a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei 11.428 de 14 de junho de 1996”. Pareceres favoráveis da CCJ e da Comissão de Finanças. O item 22 tem mais ou menos o mesmo teor; tem uma diferença da Lei 11.742 de 19 de junho de 1997.

Sr. Presidente, extinguir a Paraná Investimentos S/A significa extinguir uma Carteira de Fomento que tem recursos do FDE e do Banestado Informática. É preciso entender que o FDE, quando o Banco do Estado foi privatizado, o Governo do Paraná comprou de título do Banestado a receber em torno de um bilhão e meio de reais, que se encontram hoje na carteira de fomento Paraná Investimento S/A.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu chamo a atenção de V. Exas. para que seja retirado por dez Sessões, porque eu imagino razoável que seja feito uma auditoria na Carteira de Fomento do Paraná Investimento S/A, e esta auditoria evidentemente deve demandar um prazo de 120 dias, por aí, para que o Tribunal de Contas faça essa auditoria contábil, financeira e, física da

Carteira de Fomento, quanto ela tem de recursos, quem são os devedores da Carteira e coisas do gênero. Uma auditoria como eu já disse bastante minuciosa, para saber exatamente o que se encontra dentro da carteira de fomento do Paraná Investimento S/A.

Na verdade eu tratei esse assunto na condição de Presidente da CPI do Banestado. Determinamos alguns auditores que começam um trabalho dentro da Paraná Investimentos, com muitas dificuldades, porque lá encontramos inúmeros processos em situação de abandono, ao ponto que a CPI unanimemente solicitou ao Governador do Estado que removesse todos os diretores da Carteira de Fomento sobre o que, se não fosse assim feito, não poderia pairar sobre a CPI do Banestado dúvidas de que técnicos e auditores designados pela CPI tivessem tido acesso a documentos e não tivessem evidentemente encontrado um documento organizado, como lá não se encontravam! Simplesmente extinguir por extinguir me parece uma posição bastante delicada e importante a ser tomada neste instante.

Por isso encaminho à Mesa o requerimento para que seja retirado por dez sessões.

Muito obrigado!

#### O SR. RAFAEL GRECA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, a leitura da mensagem do Governador estabelece o propósito deste projeto de lei.

(Lê):

“... o Tesouro Estadual destinou, entre 1996 e 1997, recursos na ordem de R\$136 milhões, para compor toda participação acionária do Estado na Renault, porém, tendo em vista que o empreendimento da Renault no Brasil, ainda não atingiu a maturação devida, tal participação acionária, considerando o valor patrimonial da companhia, corresponde atualmente a um valor absolutamente insignificante diante do aportado.

Portanto, não configura a Paraná Desenvolvimento S.A. como empresa próspera e, sua dissolução e consequente extinção não contrariam os interesses dos acionistas nem o interesse público contido na atividade empresarial eventualmente por ela exercida. Aliás, pelo que se apresenta, a sua manutenção é que contraria tanto aos acionistas como ao interesse público.

Ademais, verifica-se a impossibilidade de consecução de objeto em face dos impedimentos advindos das determinações legais contidas, em especial, nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional, nº 2515, de 29.06.1998, nº 2827, de 30.03.2001 e nº 2920, de 26.12.2001, assim como na Resolução nº 43, de 21.12.2001, do Senado Federal.

As mencionadas normas estabelecem, dentre outros, limites de crédito para o setor público, o contingenciamento de crédito a entes públicos, a ser observado pelas instituições financeiras autorizadas no País e o direcionamento na aplicação dos recursos externos captados pelo setor público.

Como consequência, a observância da citada legislação torna praticamente inviável a realização de novas operações de crédito por sociedades de economia mista como a Paraná Desenvolvimento S.A.

Face ao exposto, justifica-se a adoção da medida proposta, cabendo ainda menção de que, a sua implementação, poderá acarretar em desembolso pelo Tesouro do Estado, para a realização de despesas referentes a publicações legais, fiscais e demais inerentes ao processo de extinção da empresa que ora estima-se em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado”

Há sabidamente uma política do FMI, que está atualmente governando o Brasil de impedir a federalização do Brasil, descentralizar o desenvolvimento do País, de Brasília.

Deputado Neivo Beraldin, a visão do Governador é que, diante de amarras federais ao processo de desenvolvimento e de fomento econômico no Estado, a empresa tornou-se inviável e desnecessária.

Não me parece que precise de uma auditoria. Acho que devemos votar isso.

Muito obrigado!

#### O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Quero reafirmar, já que o Deputado Rafael Greca me faz uma indagação.

Acho, sim, muito prematuro votarmos aqui a extinção de uma empresa que tem dinheiro público de todos os órgãos do Estado, sem uma auditoria.

Não é assim que se encerra a atividade de uma empresa.

A atividade de uma empresa se faz dentro de uma auditoria. Apresenta-se numa auditoria, e quem vai assumir o passivo dessa empresa, tem que conhecer o que vai assumir. No caso é o povo do Paraná porque, se tem dinheiro público lá dentro da Carteira de Fomento, tem dinheiro do povo do Paraná. Simplesmente porque é pública nós vamos extinguir, deixar de existir ou imaginar que nunca existiu a compra por parte do Estado de um bilhão e meio de títulos do Banestado, do dinheiro público que o povo paga hoje cinquenta milhões de reais por mês, por conta da prestação?

#### O SR. RAFAEL GRECA

Deputado Neivo Beraldin, deve existir.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Mas só não podemos extinguir uma empresa que tem essa importância, do Estado, sem um debate, sem um conhecimento contábil, físico e financeiro.

O SR. RAFAEL GRECA

Imagino que esses números estão à sua disposição no Tribunal de Contas e no próprio Estado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Não! Tanto é que tivemos na CPI do Banestado uma dificuldade enorme de acessar essas informações, e a própria Carteira de Fomento tem um crédito de 10%; os seus diretores são remunerados pelo que recebem da Paraná Investimentos S/A.

Então, dos títulos que a Carteira recebe, os diretores têm um lucro de 10%! V. Exa. há de imaginar que muitos empresários que estavam devendo quinze, vinte milhões para o Banco do Estado do Paraná e que hoje estão na Carteira de Fomento para serem executados.

Extinguindo a Carteira, evidentemente que é uma festa geral, sobretudo para a sociedade bem organizada e com acesso a créditos do Banestado da época; vai ser uma grande alegria e evidentemente não faltarão aqueles que vão comemorar essa extinção pura e simples de uma Carteira dessa importância.

Então, por prudência, recomendo que seja retirado por 10 Sessões, após o quê vamos apresentar as emendas da 2ª discussão, se isso vier a acontecer.

O SR. DELEGADO BRADOCK (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

O atual Presidente da Carteira de Fomento foi diretor de uma empresa liquidada que deve ao Banco do Estado e que precisamos saber se esse crédito foi liquidado ou não.

Concordo em gênero, número e grau com o Deputado Neivo Beraldin. Queremos saber quem são os devedores do Estado, se eles pagaram ou estão pagando. Agora, se liquidar a empresa pura e simplesmente, vai ser uma festa! Eu, infelizmente, não devo nada. Gostaria de dever para ficar feliz!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou aguardando o requerimento do Deputado Neivo.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente.

A Liderança do Governo encaminha a votação contrária ao requerimento do Deputado Neivo Beraldin. Votação é NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 2199, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, que requer a retirada da ordem do dia por 10 sessões do Projeto de Lei nº 301/2004, item 21.

Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Prejudicado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Quero o direito de nominar quem votou contra, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, consulto à Mesa se temos condições de apresentar uma outra alternativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderia conversar com o Deputado Neivo. Se achar outra alternativa, estou aberto a receber a solicitação dos Srs. Parlamentares.

O SR. NEIVO BERARDIN

Ok. Adiamos por três sessões: terça, quarta e quinta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está de comum acordo entre o autor do requerimento, Deputado Neivo Beraldin e a Liderança do Governo, a retirada.

O projeto só voltará na segunda-feira.

## ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2004, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742 de 19 de junho de 1997. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA 070/2004 de 12.08.2004).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 302/2004

### P A R E C E R :

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 022/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei Estadual nº 11.742, de 19 de junho de 1997.

Na justificação, o autor ressalta que a apreciação se faz necessária uma vez que a referida empresa deveria ter

por finalidade a participação acionária em outras sociedades em face de instalação ou de expansão no território paranaense, desde que necessárias à implantação de projetos de interesse para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, constituindo-se assim, num instrumento adicional ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, que sob a forma de sociedade por ações, poderia captar recursos junto ao mercado financeiro, através de emissão de debêntures e demais títulos autorizados pela legislação atinente às sociedades anônimas.

Diz ainda, “que a mencionada lei que autorizou a citada empresa, define o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, como seu acionista majoritário. Dentre os investimentos detidos pelo Fundo, encontra-se em participação acionária na Empresa Renault do Brasil Automóveis S.A., tão somente em ações preferenciais nominativas, porém, por ocasião da Assembléia de Constituição da Paraná Desenvolvimento S.A., o representante do FDE erroneamente subscreveu R\$79.450.000,00 de capital social, como ações ordinárias da Renault.

Apesar do erro material citado sequer ter sido observado e em tempo de ser retificado, a empresa em questão, nunca realizou qualquer operação, pois, conforme aqui mencionado, pretendia-se captar recursos no mercado de capitais através de instrumentos financeiros lastrados nas ações da Renault e sobre estas havia inúmeras restrições para sua utilização, em face de acordo de acionistas celebrado entre o Estado do Paraná e aquela empresa de automóveis.

Ademais, verifica-se impossibilidade de consecução de objeto, em face dos impedimentos advindos das determinações legais contidas, em especial, nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2515, de 29.06.1998, nº 2827, de 30.03.2001 e nº 2920, de 26.12.2001, assim como na Resolução nº 43, de 21.12.2001, do Senado Federal, a empresa não vem cumprindo com o objeto para a qual foi criada.

As mencionadas normas estabelecem, dentre outros, limites de crédito para o setor público, o contingenciamento de crédito a entes públicos, a ser observado pelas instituições financeiras autorizadas no País e o direcionamento na aplicação dos recursos externos captados pelo setor público.

Como consequência, a observância da citada legislação torna praticamente inviável a realização de novas operações de crédito por sociedades de economia mista como Paraná Desenvolvimentos S.A.

É o relatório.

#### **Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo,

estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º), a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Sessões, em 21.09.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

#### **EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 302/2004**

Art. 1º - Modifica o artigo 3º do Projeto de Lei nº 302/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 21.09.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 302/2004**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 302/2004, de autoria do Poder Executivo, dissolve, liquida e extingue a empresa Paraná Desenvolvimento S.A.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em razão da legislação superveniente, a atividade da Paraná Desenvolvimento ficou inviabilizada, ainda mais com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 302/2004.

Sala das Comissões, em 04.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2200, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Prejudicado.**

Consulto o autor do requerimento, Deputado Neivo Beraldin, sobre o 302, e ao Líder do Governo também, se é a mesma solução.

Também está retirado o item 22 até segunda-feira.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Estou na linha com o Secretário Heron, e ele acaba de me garantir que as duas empresas nunca cumpriram com o seu objetivo, que as duas empresas nunca fizeram uma única operação para o Estado do Paraná, mas mantemos o acordo e vamos votar na segunda-feira. Elas só dão prejuízo para o Estado. Não há nenhum ativo e nem passivo nessas empresas.

### ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece prioridade de parcelamento de Imposto sobre Propriedade de Veículos - IPVA e multas referentes ao período até dezembro de 2003. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 096/2004, de 04/11/2004).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 390/2004

#### P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei submetido pelo nobre Deputado Barbosa Neto, que estabelece prioridade de parcelamento de Impostos sobre a Propriedade de Veículos - IPVA, e multas referentes ao período até dezembro de 2003.

Apesar dos termos empregados na ementa, a proposição visa instituir parcelamento de débitos tributários.

Poder-se-ia argumentar que a iniciativa para a proposição da matéria abrangida pelo projeto de lei sob análise seria exclusiva do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, por força do que dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 61, parágrafo 1º, II, b.

Contudo, em questão ainda não decidida definitivamente pelo Pretório Excelso, posto que proferida em sede de ação cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, mas ao menos por enquanto prevalente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, foi manifestado o seguinte entendimento em caso bastante semelhante ao presente:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2464

*Proced.* Amapá

*Relator* Min. Ellen Gracie

*Reqte.* Governadora do Estado do Amapá

*Adv.* PGE-AP - João Batista Silva Plácido

*Reqda.* Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

*Advdos.* Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

*Decisão:* O Tribunal indeferiu a medida acauteladora. Votou o Presidente, o Sr. Ministro Marco Aurélio. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, os Srs.

Ministros Nelson Jobim e Celso de Mello. Plenário. 12.06.2002.

*EMENTA:* Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 553/2000, do Estado do Amapá. Concessão de benefícios tributários. Lei de iniciativa parlamentar. Ausência de ofensa ao artigo 61, I, II, b, da Constituição Federal, pois as regras insertas nesse dispositivo se referem tão somente a Territórios Federais, não sendo de observância obrigatória por parte dos Estados-membros. Precedentes: ADIN's nºs 352/DF e 2304/RS. O inciso II do artigo 165 da Carta Magna por aludir àquelas que concedem benefícios fiscais. Precedente; ADIN nº 724/RS. Medida liminar indeferida”.

Em não se tratando de norma relativa a diretrizes orçamentárias, não há que se falar na incidência do artigo 133 da Constituição Estadual, que atribui ao Exmo. Governador do Estado a iniciativa do processo legiferante em matéria orçamentária.

Do artigo 130 da Constituição Estadual, se infere que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, da Constituição Federal.

Por não haver, no caso específico, qualquer norma que expressamente atribua ao Exmo. Sr. Governador a iniciativa legiferante relativamente à matéria tratada pela proposição em análise, há que se concluir que é de iniciativa parlamentar o projeto de lei que objetive estabelecer parcelamento de créditos tributários da competência estadual.

Sendo assim, o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da proposição, viabilizando-se sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 390/2004

#### P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Deputado Barbosa Neto, que estabelece prioridade de parcelamento de Impostos sobre Propriedade de Veículos IPVA e multas referente ao período até dezembro de 2003.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emituiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encon-

trou nada que possa obstacularizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, proporcionando aos proprietários de veículos automotores a regularização de sua situação junto aos órgãos competentes.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

### **Em votação.**

#### **A SRA ELZA CORREIA (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, já falei com o Barbosa Neto, autor do projeto, e na minha avaliação, Deputados, não é atribuição nossa discutir, estabelecer ou decidir sobre parcelamento do IPVA. Essa é uma atribuição do DETRAN, por iniciativa privativa do Governador e fere a Constituição Estadual, no artigo 66, parágrafo 4º.

Falei com o Barbosa Neto e nesse sentido não me sinto à vontade para poder votar. Conversei com alguns companheiros e eles disseram que não, pelo contrário, a Assembléia sempre fez isso, que temos essa autonomia de determinar parcelamento, que é de praxe, que sempre foi feito, que é assim que funciona. Mas, pela Constituição Estadual, essa é uma deliberação privativa do Governo.

Se me convencerem ao contrário, tudo bem, mas na Constituição está claro que estas questões são atribuições do DETRAN, relativos ao IPVA, portanto não teríamos autonomia para deliberar sobre esses parcelamentos. Talvez fosse possível fazer uma indicação para o Governo, mas não projeto de lei. Nesse sentido vou aguardar outros companheiros falarem. Parece que o próprio Barbosa, autor da lei, vai falar. O Deputado Valdir Rossoni também vai se manifestar. Vou aguardar a manifestação, porque rapidamente pude verificar, o que tenho aqui; a pauta chega em cima da hora. Você tem que verificar tudo correndo, para vir para cá sabendo o que vai acontecer no plenário. Talvez eu tenha deixado passar.

Na minha avaliação, contraria a Constituição Estadual, no seu artigo 66.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente.

Apenas quero contribuir para o debate.

A Deputada Elza levanta uma questão sobre a constitucionalidade. Nós consideramos esse projeto como considerou a CCJ, constitucional. Várias vezes esta Casa aprovou o parcelamento, Deputada Elza, do IPVA nesta Casa, e quero aqui me ater à Constituição, onde V. Exa. argumenta a inconstitucionalidade. O artigo 4º diz o seguinte: “criação, estruturação e atribuição da Secretaria de Estado e órgão de Administração Pública”. Não se refere, em nenhum momento, sobre a questão do IPVA.

A Assembléia tem, sim, poderes constitucionais de aprovar esse projeto do Deputado Barbosa e ser sancionado pelo Governador. Não há nenhuma inconstitucionalidade.

Era isso, Sr. Presidente, e espero que a Deputada Elza reflita, porque além da constitucionalidade, há a questão do mérito: é muito melhor o Governo receber o que não está recebendo, do que não receber.

#### **O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente.

É justamente dentro dessa colocação que eu gostaria de inclusive fazer aqui a minha defesa desse projeto, que vai contribuir com o Governo do Estado. Os pátios do DETRAN, com raríssimas exceções, estão lotados.

#### **O Sr. Marcos Isfer**

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só lembrar que o projeto se refere a multas e IPVA até dezembro de 2003. Portanto, são valores já de dívida ativa e não há nenhuma dificuldade em que sejam parcelados. E nós podemos e temos a atribuição, sim, para decidir sobre isso.

#### **O SR. BARBOSA NETO**

Agradeço a contribuição do Deputado Marcos Isfer, que foi um dos mais brilhantes Diretores do DETRAN no nosso Estado e que, portanto, fala com conhecimento da matéria.

Mas, eu estava encaminhando no sentido que nós pretendemos, Sr. Presidente, contribuir com o Governo do Estado, aumentando a arrecadação e, em contrapartida, melhorando inclusive a condição daquele cidadão que está com dívidas e que pretende parcelá-las, mas muitas vezes não consegue, em função até da própria legislação. E é muito meritório, entendo desta maneira, Deputada Elza Correia, porque o parcelamento não excederá doze vezes e as parcelas não poderão ser inferiores aos R\$ 50,00.

Portanto, aqueles que estão com dívidas de IPVA, de estada nos pátios do DETRAN e outros créditos tributários em decorrência dessa condição, poderão ser beneficiados com isso. E aqui, ainda, no parágrafo 1º diz que: “o não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas no que se refere aos valores das parcelas pagas”. Ou seja, aqueles que não pagarem e que não obedecerem isso, terão todas as exigências da Lei sendo cumpridas. Portanto, encaminho de forma favorável a esse projeto, Sr. Presidente!

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra a Deputada Elza.

#### **A SRA. ELZA CORREIA**

Eu não fui Diretora do DETRAN e não sou técnica, mas sou uma Deputada que tem procurado, dentro da minha consciência do dever, aqui fazer as minhas reflexões antes de vir ao plenário. Às vezes erramos e às vezes acertamos, mas procuro sempre vir para cá sabendo pelo menos o que vou votar, apesar da dificuldade que temos, porque as pautas chegam praticamente na hora de irmos ao Plenário ou em um dia antes, no máximo, à noite.

Portanto, falo aqui amparada na minha avaliação e aí é o Parlamento e nós temos que realmente estabelecer o debate. O que tenho na mão é a nossa Constituição Estadual e no seu artigo 66, parágrafo 4º está muito claro para mim. O artigo 66 diz: ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre...” então, são várias questões e na quarta tem a criação, estruturação e atribuições da Secretaria de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Não sou a rainha da sapiência, mas o que está escrito, está escrito! Nós até podemos ter uma boa vontade, sempre fizemos e sempre foi feito, mas eu não discuto projeto baseada nessas questões de que “sempre foi assim”. Para mim o que prevalece, é a lei, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a nossa lei orgânica e o nosso Regimento Interno. Esses são os documentos que me regem aqui. Como sou Deputada de primeiro mandato, às vezes erro, mas como estou segura dessa minha questão, gostaria que fosse registrado o meu voto contrário na votação.

#### O SR. BARBOSA NETO

Quero pedir desculpas, aqui, se em algum momento acabei ofendendo a Deputada Elza Correia quando disse que o Deputado Marcos Isfer já foi um dos mais brilhantes Diretores do DETRAN do Estado do Paraná; apenas fazendo uma constatação.

Respeito a opinião de V. Exa., Deputada, e entendo que as pautas estão chegando realmente em cima da hora em função do volume de trabalho que nós estamos tendo na própria Comissão de Constituição e Justiça, fazendo inclusive Sessões extras.

O Presidente Hermes da Fonseca hoje presidiu uma delas, amanhã teremos mais uma, e a senhora recentemente era membro da Comissão e Justiça.

Quero mais uma vez encaminhar de forma favorável. Entendo que temos a competência legislativa, o próprio DETRAN encaminha quando do parcelamento do IPVA para esta Casa para que nós possamos ou não referendar essa medida. Entendo que estamos dentro da nossa atribuição legal, portanto podemos votar de forma favorável a esse projeto.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

O projeto, nobre Deputado Barbosa Neto, já que estamos votando a constitucionalidade nesse primeiro momento, ele é perfeitamente constitucional. Não há equívoco algum sobre a competência legislativa do nobre Deputado Barbosa, de encaminhar essa matéria. Salvo melhor juízo. Efetivamente a própria instituição do tributo IPVA é de prerrogativa do legislador. Somos nós legisladores que inclusive instituímos. Trata-se, aqui, apenas de um parcelamento. Não vejo, em relação à constitucionalidade, razão para encaminharmos contrariamente. Pode ser com relação ao mérito, talvez na Sessão de amanhã possa até ser discutido, mas com relação à constitucionalidade, nós, independente de Situação ou Oposição, entendo como perfeitamente Constitucional. Teve inclusive parecer da CCJ. Pode ser votado com tranquilidade absoluta, razão pela qual encaminho. Inclusive há concordância do Líder do Governo, com relação à constitucionalidade há o artigo 155 da Constituição Federal. Somos legisladores temos a competência plena para legislar sobre isso.

No caso específico desse projeto trata-se apenas do parcelamento de impostos inscritos e taxas em dívida ativa.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o projeto. **Aprovado**, com voto contrário da Deputada Elza Correia.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2189, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli e Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Eu gostaria de saber se o Secretário de Comunicação voltou de viagem e quando estará nesta Casa. Nós devemos ter cuidado, porque o Secretário convidado foi e houve o compromisso do Líder do Governo que ele estará nesta Casa, nós só gostaríamos que fosse marcado com antecedência para que estejamos presentes.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos dirigir novamente convite ao Secretário de Comunicações para que possa estar aqui para prestar informações aos Srs. Parlamentares.

Requerimento nº 2166, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.



Requerimento nº 2172, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2173 e 2178, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2181, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2182, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2183, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2187, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2188, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2193 e 2194, de autoria do Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2192, de autoria da Deputada Cida Borghetti Reni Pereira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Concedo a palavra a Sra. Deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, só para informar que o nosso querido Dobrandino está fazendo aniversário hoje. Eu quero desejar a você, em nome da Bancada, felicidades, tudo de bom. Você é um grande companheiro! Que você viva muitos e muitos anos para contribuir com o nosso Estado e com o nosso País.

Um beijo grande.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero cumprimentar o Deputado Dobrandino, e ele estará oferecendo um jantar para os Srs. Parlamentares. O Deputado Nereu Moura já mandou expedir os convites em nome da Mesa Executiva, quando teremos a oportunidade de comemorar o aniversário do Deputado Dobrandino.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 713/2003; 067, 411, 420, 421/2004; do Projeto de Lei Complemen-

tar nº 437/2004; e dos Projetos de Lei nºs 440 e 443/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 027/2004.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 221 e 385/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 589/2003; 299, 315 e 355/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626, 713/2003; 295, 067, 390, 411, 420, 421/2004; do Projeto de Lei Complementar nº 437/2004 e dos Projetos de Lei nºs 440 e 443/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 209, 357 e 417/2004.

Levanta-se a Sessão.

#### Atas da Comissão de Investigação:

##### COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DO ACIDENTE AMBIENTAL 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, no Auditório da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, na cidade de Paranaguá, reuniu-se a Comissão Especial de Investigação do Acidente Ambiental, presidida pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados membros: Natálio Stica (Vice-Presidente), Ailton Araújo (Relator) e Waldir Leite. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos. O Presidente inicialmente explanou os objetivos da reunião que seria a identificação do que já havia sido feito na limpeza da baía de Paranaguá, em decorrência de acidente envolvendo o navio Vicuña no Terminal Cattalini do Porto de Paranaguá, que ocasionou a morte de quatro pessoas e o que poderia ser feito para maximizar as atividades e a resposta esperada pela população. Em seguida o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Capitão Maurício Genero, da Defesa Civil, que detalhou os fatos seqüentes à explosão, já demonstrando a ausência de decisões mais abrangentes para a solução dos problemas, inclusive com a falta de contratos legais para que as empresas especializadas usassem plenamente seus recursos nos trabalhos de despoluição. Essa definição acabou por agravar os

danos ambientais, transformando-se no principal ponto de discussão pela CEI e os envolvidos. Manifestaram-se também os Srs. Eduardo Requião (Superintendente da APPA), Sebastião Garcia (IAP), Lício Domit (IBAMA), José Manoel Chaves (Empresa Cattalini), Eduardo Kuhlmann (The Britannia Steam Ship Insurance Ass. Ltd. - Clube de Seguros P and I), Pedro Maziero (ECOSORB), Marco Antonio Formicula (Alpina), Flávio Pinheiro de Andrade (Hidroclean), Francisco Marques (Transpetro), Carlos Prado (Sociedad Ultragas - Chile), Pedro Dias (especialista ambiental da APPA), Osmar Pedro da Cunha (Capitão-de-Mar-e-Guerra) e Luiz Henrique Dividino (APPA). Todas as manifestações estão contidas nas notas taquigráficas que fazem parte da presente Ata. O Sr. Presidente verificou a ausência do convidado Dr. Elton Venturi, Procurador do Ministério Público Federal, e da convocada Dra. Dorenides Guerra Pires, representante do Ministério Público Estadual do Paraná, que não justificaram. Em seguida, e após acalorados debates, os membros da Comissão concederam aos representantes das empresas ECOSORB, Cattalini, Hidroclean, Alpina e P&I, se reunissem reservadamente para equalizarem o problema de responsabilidades de execução e pagamento de despesas para as ações de despoluição. O Presidente colocou em votação a elaboração de petição endereçada à Polícia Federal para que fossem apreendidos os passaportes dos funcionários do grupo P&I e demais empresas envolvidas na limpeza, até o seu término. O que foi aprovado, com o voto contrário do Deputado Waldir Leite. Tal documento foi em seguida encaminhado à Polícia Federal de Paranaguá. Após aproximadamente três horas de conversações, com o atingimento do consenso, a CEI elaborou Termo de Compromisso Público, que foi assinado por todos, e que faz parte integrante da presente Ata. Posteriormente, a CEI também promoveu a criação de Comissão Técnica que será responsável por Plano de Recuperação da Baía e pelo acompanhamento dos trabalhos, fornecendo apoio técnico tendo como integrantes: Capitão Maurício Genero, da Defesa Civil; Eduardo Rattton, consultor da UFPR e representante da CEI; Pedro Dias, engenheiro especializado na área ambiental e representante da PETROBRAS, IBAMA e IAP. A próxima reunião da CEI foi marcada para a próxima quinta-feira, dia 02 de dezembro, no mesmo local em Paranaguá. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os Srs. Deputados e por mim, Viviane Duarte Couto de Cristo, secretária desta Comissão.

(a) NEIVO BERALDIN - Presidente

Viviane Duarte Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO  
DO ACIDENTE AMBIENTAL  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, reunida no Auditório da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, na cidade de Paranaguá, a Comissão Especial de Investigação do Acidente Ambiental envolvendo o navio chileno Vicuña, com a presença dos Srs. Deputados Neivo Beraldin - Presidente, Natálio Stica - Vice-Presidente, Ailton Araújo - Relator, Artagão Júnior e Waldir Leite, membros; foi iniciada a Segunda Sessão Pública, quando o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo feita a leitura da Ata da Sessão anterior, colocada em discussão e em votação, APROVADA POR UNANIMIDADE. O Sr. Presidente passou a palavra ao Capitão Maurício Genero da Defesa Civil, o qual explicou a situação dos trabalhos, informando que 4411 pescadores foram cadastrados, e que destes, 829 se dispuseram a trabalhar na limpeza das áreas atingidas, sendo que até aquela data, em comum acordo e conforme a necessidade, haviam sido contratados 539 pescadores. Os representantes da Alpina - Marco Formicula, ECOSORB - Pedro Maziero, Hidroclean - Flávio Pinheiro de Andrade, afirmaram que ainda não haviam sido assinados os contratos com o P&I. Pelo Grupo P&I, o advogado Luiz R. Leven Siano afirmou que a questão se restringe a análise da minuta enviada aos corpos jurídicos das empresas, mas garantiu que os termos pactuados no compromisso público firmado perante a Comissão estavam sendo cumpridos, inclusive com o pagamento dos valores. O Deputado Natálio Stica indagou sobre quem estaria contratando os pescadores, com o que, o Sr. Carlos Prado, representante do Armador Sociedad Naviera Ultragas Ltda. declinou o nome de duas empresas, a saber KCL e Prest. Serv. As referidas empresas, estabelecidas em Paranaguá estavam efetivando a contratação dos pescadores de acordo com a solicitação da Defesa Civil. Declarou que estavam sendo pagos R\$180,00 (cento e oitenta reais) por pescador, onde estavam embutidos os equipamentos, encargos sociais, alimentação e transporte, sendo que cada pescador efetivamente recebia R\$30,00 (trinta reais). O Sr. Vice-Presidente considerou exagerada a discrepância entre o valor pago pelo armador e recebido pelo pescador, e, requereu os contratos sociais das duas empresas, o contrato assinado entre o armador e as empresas. O Sr. Presidente colocou o requerimento em discussão, em votação. APROVADO. O Major Pombo da Defesa Civil, mais uma vez esclareceu os dados apresentados pelo Capitão Maurício Genero, informando ainda que 2975 cestas básicas já haviam sido entregues e que até o dia 07/12, o trabalho estaria terminado. Esclareceu ainda que o armador e a empresa Cattalini custearam as cestas e um salário mínimo para cada família dos pescadores. O Sr. Presidente convocou para depor o Sr. Cássio Cavalcanti, representante da empresa Ambiental, o qual percorreu sobre os trabalhos de sua empresa no que se refere à retirada e destino dos rejeitos. Informou que todo o material está sendo encaminhado aos fornos de cimenteira Itambé, em Balsa Nova, região de Curitiba, onde são co-processados. Disse que sua empresa possui 25 anos de tradição e que tem o know-how

necessário para exercer a função. O Sr. Presidente determinou ao Sr. Cássio que remetesse à Comissão, em 5 (cinco) dias a documentação relativa às licenças ambientais, carta de anuência da Cimenteira Itambé, relatório informando capacidade dos fornos (normal e ociosa), capacidade de armazenamento, situação fiscal, e um plano de gerenciamento dos resíduos, determinando ainda à equipe técnica chefiada pelo engenheiro Eduardo Ratton que procedesse a análise da referida documentação. O Sr. Presidente esclareceu aos presentes sobre as correspondências recebidas pela Comissão, como a do Sr. W. John McIntock, correspondente do Clube P&A em Santos, o qual alegou a impossibilidade de comparecer mas informou que sua última atividade em Paranaguá se deu no dia 25 de novembro quando indicou a contratação da empresa Ambiental após consultar o IAP que teria lhe fornecido uma lista de empresas que realizam este tipo de serviço, o que foi confirmado pelos presentes. No mesmo sentido foi lido ofício do Ministério Público Estadual, justificando a ausência na Sessão anterior. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, reconvocando todos os presentes para a próxima Sessão, no dia 09/12/2004, às 10h00min, no mesmo Auditório da APPA, sendo lavrada a presente Ata que vai assinada por mim, Viviane Duarte Couto de Cristo, secretária desta Comissão e pelos Srs. Deputados, sendo parte integrante destas notas taquigráficas que seguem anexo.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Viviane Duarte Couto de Cristo - Secretária

## Ata de Comissão:

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ~~ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA~~

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa, reuniu-se a Comissão de Fiscalização, presidida pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados Membros: André Vargas, Artagão Júnior e Durval Amaral. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, para oitiva dos convocados das Fundações COPEL, SANEPAR e EMATER a respeito das aplicações daquelas instituições, no Banco Santos. Foram ouvidos Hélio Machado, Presidente da Fundação EMATER; Cláudia Trindade, Presidente da Fundação SANEPAR; Othon Maeder Ribas, ex-Presidente da Fundação COPEL e Paulo Henrique Almeida, ex-Diretor Financeiro da Fundação COPEL. Foram convocados e não compareceram os Srs. Murilo Batista Jr. e Elzio Machado, respectivamente Presidente e Diretor Financeiro da Fundação COPEL, sendo colocado em votação a reconvocação dos mesmos para Sessão da Comissão de Fiscalização ainda a ser marcada. Após discussão, o Sr. Presidente colocou em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Também

foi colocada em votação a solicitação pela Comissão ao Tribunal de Contas de informações de como se encontram os repasses feitos pelo Estado do Paraná à OAB-PR - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. Após discussão, o Sr. Presidente colocou em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Por fim ainda ressaltou o Sr. Presidente da importância dos assuntos tratados. E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por todos os Srs. Deputados e por mim, Adilson Luiz Hintz, secretário desta Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Adilson Luiz Hintz - Secretário

## Ato da Presidência:

### ATO DO PRESIDENTE Nº 13/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

### D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Investigação, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 22 de novembro de 2004, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, e aprovado pelo Plenário no mesmo dia, composta por 5 (cinco) membros, com prazo de duração de 90 (noventa) dias, para investigar os graves problemas ocorridos na orla marítima do litoral, devido à explosão de um navio no Porto de Paranaguá.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.11.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2004

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Alexandre Curi.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês,

Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza a doação dos lotes que especifica à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI Nº 315/2004

P A R E C E R :

Emenda Modificativa de Plenário ao Projeto de Lei nº 315/2004, que “altera o parágrafo único do Projeto de Lei nº 315/2004”.

#### Relatório

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 315/2004 recebeu a seguinte Emenda Modificativa:

- nº 1, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva e outros, propondo nova redação ao parágrafo único do projeto, contendo as seguintes mudanças “A doação dos imóveis a que se refere o *caput* deste artigo deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo os lotes serem utilizados única e exclusivamente para implantação de um centro de comercialização de artesanatos e de um centro de apoio e informações ao turista, sob pena de reversão dos imóveis ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.”

É o relatório.

#### Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 713/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Educação Especial e Reabilitação “Doutor Jorge Amin Bacila”, com sede e foro no Município de Palmeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02.12.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI Nº 713/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Educação Especial e Reabilitação Doutor Jorge Amin Bacila, com sede e foro no Município de Palmeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a utiliza-

ção do gás natural veicular (GNV) no transporte público estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2004, de 16.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI Nº 067/2004

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 067/2004 de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Marcos Isfer, tem por escopo tornar obrigatório no transporte público do Estado do Paraná, a utilização de gás natural como meio de combustível.

**Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conforme artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e diante da síntese supra, resta-nos analisar constitucionalmente o texto do projeto de lei em epígrafe, diante do que não se vislumbra inconstitucionalidades, conforme depreende-se do artigo 53 inciso VI, da Constituição Estadual a saber:

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matéria de competência do Estado, especificamente:

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas.

Ademais, apura-se também da justificativa do presente projeto, que uma das preocupações do legislador é com relação à poluição atmosférica, o que com o gás veicular passa por uma significativa diminuição, levando-nos a salientar que tal preocupação traduz-se em matéria de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme se apura da Constituição Federal:

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

**Da Conclusão**

Em análise técnica jurídica do projeto de lei em epígrafe não se verifica inconstitucionalidade, desse modo sendo o voto do relator submetido à apreciação dos nobres colegas Parlamentares apresentando parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 067/2004.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 067/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, faculta a utilização de gás natural como combustível nos veículos do transporte público do Estado.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Recebeu parecer contrário da Secretaria de Estado dos Transportes, que considerou inviável o prazo de quatro anos para a conversão da frota, bem como a inexistência de estudos sobre o assunto.

O projeto de lei é meritório. Contudo, também consideramos o prazo de quatro anos exíguo para a conversão, bem como para a realização de adequação de pontos de abastecimento.

Dessa forma, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 067/2004, com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 067/2004

O artigo 2º do Projeto de Lei 067/2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - As empresas de ônibus deverão efetuar a conversão de 100% de sua frota no prazo de 10 (dez) anos, na razão de 5% ao ano.”

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

Apoioamento: Marcos Isfer.

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jesus do Sul - APMI, com sede no Município de Bom Jesus do Sul e foro na Comarca de Barracão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 411/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jesus do Sul - APMI, com sede no Município de Bom Jesus do Sul e foro na Comarca de Barracão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública Estadual o COSMO - Corpo de Socorro em Montanha do Município de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 420/2004

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declara de Utilidade Pública Estadual o COSMO - Corpo de Socorro em Montanha, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2004, que altera os artigos, parágrafos e incisos da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, conforme especifica - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16/11/2004 - em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 421/2004

### P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 421/2004 - Mensagem nº 30/2004, de autoria do Poder Executivo, altera artigo, parágrafos e incisos da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, conforme especifica.

#### Fundamentação

O projeto de lei visa dispensar as embarcações e aeronaves do pagamento do IPVA, adequar a redação do artigo 14, inciso IX que trata dos casos de deficiência física, bem como atualizar a tabela de valores para o ano de 2005.

O Poder Executivo possui competência para conceder isenção dos impostos que lhe são atribuídos. No caso em espécie, é de conhecimento de todos que existem várias decisões do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal julgando, como indevido o pagamento do IPVA para embarcações e aeronave, conforme transcrevemos:

*“RE 255111/SP - SÃO PAULO  
RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO  
Rel. Acórdão  
Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
Julgamento: 29/05/2002*

*Órgão Julgador: Tribunal Pleno  
Publicação: DJ DATA-13-12-2002 PP-00060  
EMENT VOL-02095-02 PP-00343*

*EMENTA: IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (CF. art. 155, III; CF 69, art. 23, III e § 13, cf. EC 27/85); campo de incidência que não inclui embarcações e aeronaves.”*

Desta forma, a isenção concedida pelo Poder Executivo está em consonância com a interpretação constitucional da mais alta Corte do País.

A mudança de redação do artigo 14 da Lei nº 14.260/2003, que especifica os tipos de deficiência física contemplados pelo texto legal, não apresenta nenhum óbice constitucional ou legal, vez que apenas torna o texto mais compreensível, sem mudança do conteúdo material da lei.

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 421/2004

### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 30/2004, tem por objetivo alterar o artigo, parágrafos e incisos da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003.

#### Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

#### Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 421/2004, por entender que o mesmo objetiva adequar a redação da mencionada lei, que trata dos casos de deficiência física, bem como atualizar a tabela de valores para o ano de 2005.

Sala das Comissões, em 06.12.2004.  
(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ANTONIO ANIBELLI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2004, que altera parágrafo 4º do artigo 11 da Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004 e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. COM EMENDAS DA CCJ, CF, e CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24/11/2004-Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 437/2004

**P A R E C E R :****Histórico**

O Projeto de lei complementar acima epigrafado, foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da mensagem nº 032/2004 para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta alterar dispositivos da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, conforme especifica.

Na justificativa o autor diz que a proposta ora formulada do resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria da Educação e o adiamento transcrito. “Por ocasião da implantação da Lei Complementar 103/2004, em abril de 2004, verificou-se falhas formais que impediam a correta implementação dos dispositivos da lei. Sem os dispositivos propostos neste anteprojeto, a lei complementar citada ficaria inviabilizada, por conta das imperfeições verificadas no contexto das regras que estabelece.

O custo estimado com a implantação do anteprojeto de lei é de aproximadamente R\$2,5 milhões/mês, decorrente da aplicação do artigo que trata da exceção do estágio probatório aos professores que ingressam no último concurso público realizado. Os demais dispositivos da lei tiveram seus custos diluídos quando da implementação do novo plano de carreira.

**Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei complementar, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 437/2004

Art. 1º - Modifica o parágrafo 1º do artigo 3º do Projeto de Lei Complementar nº 437/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (*omissis*)...

§ 1º- Aos professores com habilitação específica na área da Educação Especial, quando no exercício de docência e atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades especiais, que na data da promulgação da presente lei percebem a gratificação de 50% prevista no disposto de que trata o *caput* deste artigo, fica assegurada a continuidade dessa gratificação enquanto permanecerem no exercício dessas atividades especiais”.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 437/2004

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 437/2004, de autoria do Poder Executivo, altera o texto da Lei Complementar 103, de 15 de março de 2004, referente ao Plano de Carreira do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda alterando a redação do parágrafo único do artigo 3º. O parágrafo está colocado como primeiro, mas na verdade é único.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes também ofereceu parecer favorável à tramitação da matéria. Contudo, apresentou emenda suprimindo o artigo 3º do projeto de lei.

O projeto de lei em questão, com exceção do artigo 3º, conta com o apoio da APP Sindicato, haja vista tratar-se de proposta de consenso, como a própria mensagem do Poder Executivo relata.

Contudo, de forma inconstitucional, pois institui desequilíbrio isonômico entre os docentes, pretende o Governo do Estado, novamente, extinguir a gratificação de atuação no Ensino Especial.

No mérito, âmbito de atuação desta Comissão Permanente, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 437/2004, com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 06.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA SUPRESSIVA AO

## PROJETO DE LEI Nº 437/2004

## P A R E C E R :

Fica suprimido do artigo 3º do Projeto de Lei nº 437/2004, de autoria do Poder Executivo, tendo em vista que esse dispositivo fere o princípio da isonomia previsto na Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 06.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 437/2004

## P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 437/2004, altera a Lei Complementar 103, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Professores do Estado do Paraná.

Em síntese, a proposição constante da Mensagem 103/2004 trata de matéria relativa à gratificação de atuação no Ensino Especial, altera jornada de trabalho de parte dos professores, disciplina enquadramento dos professores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo e altera mecanismos de promoção previstos no parágrafo 4º do artigo 11 da Lei Complementar nº 103/2004.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando a legalidade e constitucionalidade da proposição, concluiu pela tramitação regimental e apresentou emenda ao texto original.

A emenda ao parágrafo único do artigo 3º da proposição original aperfeiçoa redação e assegura a gratificação também àqueles que não são docentes.

Quanto ao mérito, propomos uma emenda para aperfeiçoar o projeto e assegurar o direito dos trabalhadores da Educação do Estado do Paraná.

## EMENDA 1

SUPRIMA-SE *in totum* o artigo 3º.

Aprovada a emenda supra mantém-se o texto original da Lei Complementar nº 103/2004.

Releva destacar que aprovada esta emenda fica prejudicada a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

São muitos os motivos para manter a proposta original, mas os principais são os que seguem.

A gratificação pelo exercício em atividades pedagógicas na Educação Especial, foi instituída pela Lei Complementar nº 7/77, Estatuto do Magistério. Entretanto, para o exercício da atividade pedagógica na Educação Especial, sempre foi necessário que o professor, além de possuir a habilitação exigida para o cargo de professor, possuisse também capacitação para educação especial. Portanto, desta forma, o professor que desejava dedicar-se à educação especial, tinha que se capacitar, sob pena de não ser admitido no ensino especial.

A gratificação de ensino especial foi instituída com a finalidade de estimular os professores a se aperfeiçoarem através de Curso Adicional próprio, tanto que o Edital nº 36/2004, que convoca candidatos para concurso a vagas no ensino especial, exige, além da habilitação para o magistério, curso de Formação de Professores para a Educação Especial, na modalidade em Educação Especial.

Como demonstrado, a exigência quanto à capacitação dos professores do ensino especial é mais rigorosa do que aquela exigida para os demais cargos da rede pública de ensino, este maior rigor é compensado através do pagamento da respectiva gratificação. A extinção da gratificação pode representar desânimo e afastamento dos professores, eis que, inegavelmente, a educação especial exige muito mais do professor do que o ensino regular, portanto, a extinção da gratificação, pode acarretar, em futuro próximo, o desinteresse por parte dos docentes, e o Estado do Paraná pode não ter como atender a demanda.

Outrossim, cumpre salientar que o exercício da atividade de professor na educação especial utiliza instrumentos próprios, que só o professor capacitado, com curso de formação para educação especial estão aptos a utilizar com os educandos.

A gratificação especial está prevista no artigo 27, da Lei Complementar nº 103/2004, portanto, os professores em exercício na educação especial fazem jus ao seu recebimento; por sua vez, o projeto de lei que pretende extinguir a gratificação, assegura o pagamento para os professores que atualmente estão no ensino especial extinguindo o benefício para aqueles que ingressarem após a vigência da lei, o que já é suficiente para revestir o artigo 3º do projeto de lei de inconstitucionalidade na medida que viola o princípio da igualdade de tratamento entre os administrados. Com efeito, a Constituição Federal estabelece no artigo 5º, a observância ao princípio da isonomia e do tratamento igualitário, o que significa que a Administração não pode tratar os iguais de forma desigual. Desta forma, não pode assegurar pagamento de gratificação de ensino especial para alguns professores e excluir outros, quando todos desempenham as mesmas atividades na educação especial.

Por outro lado, o Edital 36/2004, que estabelece as instruções para o concurso público para provimento de vagas para o cargo de professor na modalidade de Ensino Especial de 30.09.2004, informa que as vagas são de professor do Quadro Próprio do Magistério, e ainda, que além do valor da remuneração mensal são devidas as “vantagens decorrentes do exercício em função”.

Desta forma, as vagas ofertadas são para ingresso no Quadro Próprio do Magistério regido pela Lei Complementar nº 103/2004. Por sua vez, o inciso II, do artigo 27, da Lei Complementar 103/2004, estabelece o pagamento de gratificação para os professores da Educação Especial, portanto, no momento que as vagas foram ofertadas através do edital do concurso, foi para professores no ensino especial, com as vantagens decorrentes do



exercício da função. A gratificação especial é vantagem decorrente do exercício da função de professor na modalidade educação especial; assim, não pode, após tornar público o Edital do concurso, alterar a oferta e excluir vantagem.

O princípio da publicidade determina transparência nos atos praticados pela Administração, por sua vez, o princípio da boa-fé consiste na confiança nas relações entre a Administração e os administrados.

O Edital que tornou pública a oferta de vagas na modalidade educação especial, estabeleceu também critérios e assegurou vantagens para os aprovados; não pode, agora, depois de encerradas as inscrições e prestes à data das provas, alterar os critérios estabelecidos no edital, excluir vantagem financeira que fazia parte do Quadro Próprio do Magistério no momento da oferta das vagas, sob pena de violação aos princípios da publicidade e da boa-fé.

Em face do exposto o parecer é pela tramitação regimental acrescido da emenda apresentada por esta Comissão.

É o relatório e o voto.

Sala das Comissões, em 06.12.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 437/2004

Fica suprimido *in totum* o artigo 3º do Projeto de Lei nº 437/2004.

Sala das Comissões, em 06.12.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche CEMIC Pingo de Gente, do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 440/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Creche CEMIC Pingo de Gente, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 440/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche CEMIC Pingo de Gente, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche São Cristóvão, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 315/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Garcia, “declara de Utilidade Pública a Creche São Cristóvão, com sede e foro no Município de Umuarama.”

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 443/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche São Cristóvão, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 10**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 027/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que sugere procedimentos no cadastro do ICMS, entre Estado e Município. **PARECER FAVORÁVEL DA CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2004, de 20.10.2004).**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
INDICAÇÃO Nº 027/2004

**P A R E C E R :**

A Indicação nº 027/2004, em análise, de autoria do Deputado Jocelito Canto, propõe a instituição de mecanismo de cooperação entre o Estado e municípios, visando a normatização de baixas cadastrais de empresas.

Trata-se de proposição que, se efetivada, poderá contribuir com as administrações municipais, de vez que a empresa, ao encerrar as suas atividades comerciais, deverá primeiramente proceder à baixa do alvará no Município para posteriormente proceder a sua baixa na Receita Estadual, evitando assim que os municípios permaneçam cobrando dívidas de empresas que estão inativas e já foram excluídas do cadastro do ICMS.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável à Indicação, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Apenas para fazer um comunicado aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle, de que na quarta-feira, às 10h00 a Comissão vai se reunir na sala das Comissões para tratar de assuntos diversos.

Tendo em vista a proximidade de final de ano temos que discutir alguns encaminhamentos e alguns requerimentos que deverão ser analisados pelos senhores membros da Comissão, a qual tenho a honra de presidir.

Muito obrigado!

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Nós votamos ainda há pouco o IPVA.

Queremos solicitar a V. Exa. a inclusão dos anexos do IPVA que fazem referência ao artigo 22 da Lei que votamos, e ele não consta da Ordem do Dia, razão pela qual ficamos, todos nós Parlamentares, sem condições de apreciarmos a tabela, os anexos, as alíquotas de cada um dos veículos.

Não foi distribuído no gabinete dos Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Defiro a solicitação de V. Exa. Será publicado e encaminhado ao gabinete dos Srs. Parlamentares.

**O SR. ELIO RUSCH**

Queremos lembrar que na próxima quarta-feira, às nove horas da manhã, nós teremos uma audiência pública promovida pela Comissão de Finanças no Plenarinho da Assembléia Legislativa, quando vamos discutir a questão do Fundo de Saúde, referente uma Mensagem Governamental que está aqui na Assembléia Legislativa, que visa criar o Fundo de Saúde da Polícia Militar.

Uma vez que ele já existe, estamos promovendo uma audiência pública às 09h00 na próxima quarta-feira, no plenarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de encerrarmos a presente Sessão, o entendimento da Mesa Executiva, Deputados Nereu, Geraldo Cartário e demais membros, amanhã teremos uma Sessão Extraordinária para eleição da Mesa Executiva para o próximo biênio.

Quero participar aos Srs. Parlamentares que faremos a eleição amanhã.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Com todo o respeito que merece a Mesa Executiva e principalmente V. Exa., em nome dos Deputados de Oposição e muito especialmente em meu nome, quero comunicar que a Oposição vai votar fechado com V. Exa. Deputado Hermas Brandão para Presidência, com o Deputado Nereu Moura para 1ª Secretaria. Entretanto, até para que venhamos facilitar a composição da Mesa, a Oposição declina de participar da Mesa Executiva e a Bancada do PFL também declina de participar do processo de eleição no dia da amanhã, mas votaremos em V. Exa. e no Deputado Nereu Moura.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Agradecemos a deferência de V. Exa. e de todos os companheiros, mas entendo que haveria a necessidade de até para o bom andamento dos trabalhos desta Casa, da participação de V. Exa.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Agradeço, mas com essa postura estaremos evitando, quem sabe, no futuro, um precedente muito delicado, que é a exclusão da minoria da participação da Mesa.

Então, para que não haja essa exclusão por parte daqueles que vão dirigir a Casa no próximo biênio, nós facilitamos as coisas, efetivamente. Evitamos participar, não só o PFL, mas a Oposição, para que no futuro, na outra legislatura, a minoria, que hoje é maioria - quem sabe num futuro possa ser minoria - não seja excluída, num processo democrático, porque entendemos que num Parlamento todas as correntes devam estar representadas, mas reitero o apoio incondicional da Oposição e da Bancada do PFL, à eleição de V. Exa. e do Deputado Nereu Moura para a 1ª Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Muito obrigado.

Comunico que amanhã teremos, não só a Sessão Ordinária, mas também duas Sessões Extraordinárias. Duas, especialmente para eleição dos membros da Mesa Executiva para o próximo biênio.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Peço a palavra para convidar os Srs. Deputados para amanhã, durante as duas Sessões, às 17h00 teremos, no saguão fronteiro ao plenário, a apresentação dos quadros sobre o folclore paranaense, doados a esta Casa pelo Instituto Cultural Solar do Rosário, quadros do pintor Álvaro Borges Júnior e a apresentação do quadro do pintor Arthur Nízio, adquirido pela Casa encomendado em 1954, que retrata o pai do Deputado Annibelli instalando a Assembléia neste prédio, ao tempo do Governo Munhoz da Rocha.

Também teremos o lançamento de livros alusivos ao folclore do Paraná e à história do Paraná. Isto se dará durante as Sessões, no saguão da Assembléia Legislativa e é um ato comemorativo aos 150 anos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Preparatória para Eleição da Mesa Executiva deste Poder para terça-feira, dia 07 de dezembro, logo após o término da Sessão Ordinária.

Levanta-se a Sessão.

## Atas das Comissões:

### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, quando o Presidente apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 279/2004, que foi aprovado sem observações. Nada havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Aldrian Fernando Côrtes Matoso, Secretário da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Deputados presentes, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Aldrian Fernando Côrtes Matoso - Secretário

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Nelson Tureck, Pedro Ivo, Jocelito Canto e Marcos Isfer. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em discussão e votação - APROVADA, retificando, a pedido do Deputado Antonio Anibelli, o registro da presença de quatorze membros da Comissão e justificando a ausência do Deputado Durval Amaral por encontrar-se em reunião com o presidente da Casa e Líder do Governo, em favor da elaboração da Ordem do Dia do Plenário. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 209/2004 de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 357/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 359/2004 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 361/2004 de autoria do Deputado Delegado Braddock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 371/2004 de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 372/2004 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, transformando a matéria em Indicação Legislativa - APROVADO. O Deputado Marcos Isfer sugere que a Indicação Legislativa seja encaminhada ao Governo do Estado através de um ofício da Comissão de Constituição e Justiça - DEFERIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 417/2004 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 421/2004 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 299/2004 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 315/2004 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari à emenda de Plenário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 438/2004 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Barbosa Neto solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 439/2004 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli -

APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 713/2003 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 721/2003 de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 411/2004 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 416/2004 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 420/2004 de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 427/2004 de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 431/2004 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 432/2004 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 440/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 441/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 443/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado

Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Nelson Tureck, Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Durval Amaral, Antonio Anibelli e Delegado Bradock. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 356/2004 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 418/2004 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - REJEITADO por 5x4 votos. Os Deputados Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto e Hermes Fonseca votam contrariamente ao parecer; 03) Projeto de Lei nº 425/2004 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 331/2004 de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Delegado Bradock. O Deputado Pastor Edson Praczyk solicita vistas - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 438/2004 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 354/2004 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 409/2004 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 419/2004 de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 442/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 590/2003 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. O Deputado Durval Amaral relator, solicita devolução da matéria ao autor para que faça previsão das sanções - DEFERIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária